



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

## **MESTRADO**

# **DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

## **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

### **DISSERTAÇÃO**

**CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO:  
IMPACTOS E DESAFIOS NO APOIO HUMANITÁRIO  
E NAS PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

**LEANDRO MARTINS SOARES**

**OUTUBRO - 2024**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**CONFLITO ARMADO EM CABO DELGADO:  
IMPACTOS E DESAFIOS NO APOIO HUMANITÁRIO  
E NAS PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

**LEANDRO MARTINS SOARES**

**ORIENTAÇÃO:**  
**PROFESSOR DOUTOR MANUEL ENNES FERREIRA**

**OUTUBRO - 2024**

*À toda a população de Cabo  
Delgado, em especial à  
comunidade da aldeia de  
Muambula.*

## **ABREVIATURAS**

ADIN - Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BMI - Brigadas Móveis Integradas

DAG - Dyck Advisory Group

FDS - Forças de Defesa e Segurança de Moçambique

FL - Forças Locais

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCADE - Fórum das Organizações de Cabo Delgado

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

INGD - Instituto Nacional de Gestão e Redução do Riscos de Desastres

ISIL - Estado Islâmico do Iraque e do Levante

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PDI - Pessoas Deslocadas Internas (PDI)

PMA - Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas

PRCD - Plano de Reconstrução de Cabo Delgado

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

PRH - Plano de Resposta Humanitária

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

RULAC - Estado de Direito nos Conflitos Armados

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SAMIM - SADC Mission in Mozambique

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

WASH - Água, Saneamento e Higiene

## RESUMO

Esta dissertação analisa as dinâmicas do conflito em Cabo Delgado, Moçambique, e suas implicações nas comunidades locais, organizações humanitárias e no desenvolvimento regional. O conflito, iniciado em 2017, tem raízes em desigualdades sociais, económicas e políticas, agravadas pela exploração de recursos naturais e décadas de marginalização. O envolvimento de grupos extremistas islâmicos intensificou a violência e os deslocamentos forçados. A investigação baseia-se em entrevistas e inquéritos com pessoas deslocadas internos, atores locais e organizações humanitárias, além da análise de relatórios e literatura sobre o conflito. Os resultados destacam o papel essencial das organizações humanitárias na assistência imediata, mas também revelam as limitações das intervenções para o desenvolvimento a longo prazo. A dependência excessiva da ajuda externa tem dificultado soluções locais sustentáveis para a reconstrução das comunidades afetadas. Conclui-se que o desenvolvimento sustentável em Cabo Delgado requer uma abordagem das causas profundas do conflito e do esforço coordenado entre todos os atores envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas deslocadas internas; Ajuda Humanitária; Organizações não Governamentais; Desenvolvimento; Cabo Delgado.

## ABSTRACT

This dissertation analyses the dynamics of the conflict in Cabo Delgado, Mozambique, and its implications for local communities, humanitarian organisations and regional development. The conflict, which began in 2017, is rooted in social, economic and political inequalities, exacerbated by the exploitation of natural resources and decades of marginalisation. The involvement of islamic extremist groups has intensified the violence and forced displacement. The research is based on interviews and surveys with internally displaced people, local actors and humanitarian organisations, as well as an analysis of reports and literature on the conflict. The results highlight the essential role of humanitarian organisations in providing immediate assistance, but also reveal the limitations of long-term development interventions. Excessive dependence on foreign aid has hampered sustainable local solutions for the reconstruction of affected communities. It is concluded that sustainable development in Cabo Delgado requires addressing the root causes of the conflict and a coordinated effort between all the actors involved.

**KEYWORDS:** Internally Displaced People; Humanitarian Aid; Non-Governmental Organisations; Development; Cabo Delgado.

## ÍNDICE

Abreviaturas.....	i
Resumo .....	iii
Índice .....	iv
Agradecimentos .....	vi
Introdução .....	1
1. Moçambique e um histórico sem paz .....	5
1.1. Conflitos, causas e suas implicações .....	5
1.2. Pessoas deslocadas internas (PDI).....	7
1.3. Contexto geral do país .....	8
1.4. Cabo Delgado .....	11
2. O conflito em Cabo Delgado e suas implicações .....	13
2.1. Causas e evolução do conflito .....	13
2.2. A resposta ao conflito e os riscos iminentes.....	16
3. A ajuda humanitária e os desafios de desenvolvimento .....	17
3.1. A presença das ONG na cooperação internacional em Moçambique .....	17
3.2. Resposta humanitária à Cabo Delgado .....	20
3.3. A organização da resposta e seus desafios .....	23
3.4. A dependência da fase de emergência.....	26
4. Análise dos impactos do conflito e da ajuda internacional nas comunidades locais em Cabo Delgado .....	29
4.1. Os impactos nas comunidades locais.....	30
4.2. Os impactos na ação humanitária .....	32
4.3. Os impactos nos distritos .....	34
4.4. Ajuda Alimentar .....	39

4.5. Assistência em saúde .....	41
4.6. Assistência à educação .....	43
5. Recomendações e perspectivas futuras .....	46
5.1. Aos atores de ajuda humanitária.....	46
5.2. Ao Estado .....	48
Conclusão .....	52
Referências .....	54
Anexos .....	59

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Terezinha e Geraldo, que sempre viram o melhor em mim e me encorajaram em todas as minhas escolhas.

Ao estimado professor e orientador Ennes Ferreira, que me motivou desde o início desta investigação.

Aos meus amigos de Moçambique, pelos momentos inesquecíveis que partilhámos e pela ajuda incansável na concretização deste trabalho. Um agradecimento especial ao Estevão e à Aparecida.

A todos os entrevistados e pessoas que responderam aos inquéritos.

Ao Ricardo, pela amizade e companheirismo.

## INTRODUÇÃO

### **Enquadramento**

Ao longo da sua história, Moçambique tem sido marcado por uma sucessão de instabilidades políticas e conflitos armados. Primeiro, pela resistência à ocupação colonial, que culminou na luta armada organizada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de 1964 a 1974, e depois pela prolongada guerra civil entre o governo moçambicano e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que se estendeu de 1977 a 1992. Tudo isto contribuiu para dificultar significativamente o seu percurso de desenvolvimento. Desde que alcançou a independência em junho de 1975, o país enfrentou desafios profundos, desde a referida guerra civil a qual, mesmo após o Acordo de Paz de 1992, manteve vivo o conflito interno, até às recorrentes catástrofes naturais. Estes fatores, aliados à gestão frágil dos seus vastos recursos e a uma governação marcada por níveis crescentes de corrupção, afastadas das necessidades prementes da sua população, têm contribuído para perpetuar um ciclo de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social, deixando marcas profundas nas suas estruturas económicas e sociais.

Nos últimos anos, a província de Cabo Delgado, situada no extremo norte do país, emergiu como o novo epicentro de um conflito armado que começou em 2017 e que, desde então, tem se intensificado, resultando na trágica perda de mais de 4.000 vidas e no deslocamento forçado de mais de um milhão de pessoas (Miller & Wood, 2024:12), o que representa 37,5% da população da província. As causas do conflito são complexas e incluem fatores étnicos, socioeconómicos, políticos e religiosos.

O conflito em Cabo Delgado é particularmente preocupante porque exacerba a já frágil situação de Moçambique. Com uma economia fortemente dependente da ajuda externa, o governo enfrenta dificuldades para responder de forma eficaz à crise. A distribuição desigual da riqueza, aliada à corrupção e à falta de oportunidades para os jovens, tem alimentado o sentimento de frustração que contribui para a escalada da violência.

Neste cenário, o governo moçambicano tem buscado apoio internacional para enfrentar os insurgentes de cariz islamita radical, recorrendo tanto ao reforço militar como à assistência humanitária contando com o apoio de organizações internacionais e,

sobretudo através de organizações não governamentais (ONG), com o objetivo de suprir as necessidades prementes das pessoas deslocadas internamente (PDI). No entanto, a situação permanece desafiadora, e a resolução do conflito requer abordagens abrangentes que considerem as causas profundas do conflito, incluindo questões socioeconómicas e de desenvolvimento.

### **Objetivo**

Assim, o objetivo desta dissertação é analisar as dinâmicas do conflito em Cabo Delgado e as suas implicações nas comunidades locais, no trabalho das organizações humanitárias e no desenvolvimento da província. Com este estudo pretende-se explorar as perspetivas e desafios que caracterizam a situação em Cabo Delgado, analisando de que forma estes podem impactar e condicionar os esforços de desenvolvimento e ajuda na província.

### **Metodologia**

O tema deste estudo foi impulsionado pela experiência de trabalho do autor como gestor de projeto na cooperação internacional em Cabo Delgado, ao longo de um período de quatro anos (de março de 2018 a dezembro de 2022). Nesses anos, testemunhou a evolução da ajuda na província, observando a progressiva diminuição dos projetos de desenvolvimento em prol da ascensão dos projetos de ajuda humanitária.

A investigação caracteriza-se pela sua natureza qualitativa e combina diversas metodologias para uma compreensão aprofundada do tema. Para obter perspetivas qualitativas mais amplas e variadas sobre o impacto do conflito e as respostas implementadas, entre maio e junho de 2024, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes atores considerados essenciais no contexto humanitário de Cabo Delgado: pessoas diretamente afetadas pelo conflito, profissionais de organizações de ajuda humanitária, autoridades locais e outros atores envolvidos.

Ao todo foram realizadas cinco entrevistas que tiveram cerca de uma hora de duração cada. Uma vez que não seria possível viajar até Cabo Delgado, as entrevistas foram realizadas por videoconferência gravada e posteriormente foram transcritas.

Para complementar a pesquisa, entre fevereiro e junho de 2024, foram também conduzidos dois inquéritos com o objetivo de obter dados comparativos que enriqueceram

a análise do estudo: um com 40 PDI e outro com 40 organizações (nacionais, internacionais) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os inquéritos foram realizados por meio do Google Forms, aproveitando a facilidade e a acessibilidade da plataforma para alcançar um número maior de participantes. A realização dos inquéritos contou com o apoio dos contatos do autor com membros das organizações presentes em Cabo Delgado. Além disso, uma pessoa foi contatada para conduzir as entrevistas com as PDI *in loco* e enviar as respostas posteriormente.

A metodologia desta pesquisa incluiu também uma revisão da literatura para contextualizar e fundamentar o estudo. A análise documental foi utilizada para examinar relatórios, documentos oficiais e outras fontes relevantes, fornecendo um quadro histórico e atual do conflito e das respostas humanitárias, identificando tendências e narrativas relacionadas ao conflito e ao trabalho das organizações no terreno. Por fim, a análise estatística foi utilizada para levantar indicadores mais vastos, permitindo uma compreensão quantitativa das tendências observadas.

## **Resultados**

Os resultados desta investigação revelam que o conflito em Cabo Delgado tem impactos profundos nas comunidades locais, tanto a nível económico como social. A destruição de infraestruturas, a perda de fontes de rendimento e o deslocamento forçado de milhares de pessoas têm enfraquecido significativamente as capacidades locais de recuperação. As famílias deslocadas enfrentam condições de vida precárias, com acesso limitado a serviços básicos como educação, saúde e água potável.

Para além disso, a dependência de ajuda humanitária, embora necessária, tem exacerbado a falta de soluções de longo prazo. A necessidade de ajuda internacional e a debilidade das estruturas estatais no atual cenário provoca uma excessiva dependência dos atores internacionais, e uma perda de controlo do processo de reabilitação por parte do governo nacional. Paralelamente, a sobreposição de funções entre as diversas entidades envolvidas, como o governo, ONG internacionais e as autoridades locais, gera lacunas operacionais e diminui a eficácia das respostas no terreno, colocando em evidência a necessidade urgente de estratégias de desenvolvimento mais robustas e inclusivas. É crucial que comunidade internacional se centre no reforço e criação de

capacidades da sociedade e do Estado como forma de garantir uma vinculação eficaz entre as intervenções de emergência e as de reconstrução e desenvolvimento.

### **Estrutura**

Para apresentar a investigação e análises efetuadas, o presente trabalho inicia-se com uma análise abrangente de conceitos e um panorama histórico do país, destacando os desafios enfrentados desde a sua independência em 1975 até o atual conflito em Cabo Delgado, fornecendo um enquadramento teórico para compreender a crise. Seguidamente, são exploradas as possíveis causas do conflito e a forma como este se tem vindo a desenvolver ao longo do tempo. No terceiro capítulo, é abordada a relevância da presença cooperação internacional no país, destacando o seu papel na resposta humanitária ao conflito. O quarto capítulo concentra-se na análise dos resultados da pesquisa efetuada junto de diversos atores a fim de comprovar os impactos do conflito nas comunidades locais. Através desta análise, o quinto e último capítulo apresenta recomendações para uma intervenção mais eficaz e coordenada, capaz de mitigar os efeitos do conflito e promover a reconstrução e a paz sustentável na região.

## 1. MOÇAMBIQUE E UM HISTÓRICO SEM PAZ

Ao longo dos anos a história da humanidade tem testemunhado uma série de conflitos internos e guerras que tem deixado marcas profundas nas sociedades e na vida de milhões de pessoas. Desde confrontos internos dentro de países até disputas territoriais entre nações, os conflitos armados têm sido uma realidade constante, moldando o curso da história e deixando um legado de devastação e sofrimento. Este capítulo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica de alguns conceitos para fornecer um contexto adequado, seguida por um breve histórico e panorama de Moçambique. Em seguida, será explorada a forma como esses elementos se relacionam com o conflito atual em Cabo Delgado<sup>1</sup>.

### *1.1. Conflitos, causas e suas implicações*

Embora ainda não exista um consenso entre estudiosos sobre os critérios a serem aplicados para definir conflitos, um conflito pode ser caracterizado como uma situação na qual duas ou mais partes interagem, buscando objetivos ou interesses incompatíveis, o que resulta em diferentes graus de desacordo. Esta interação envolve a confrontação de posições divergentes devido à falha na regulação, reconciliação ou harmonização das diferenças entre as partes envolvidas. Quando duas ou mais partes em disputa se envolvem em interações abertamente opostas e violentas, com o propósito de destruir, ferir ou controlar os seus adversários, essa interação é designada como conflito armado (Goor et al., 1996:220).

Nos últimos anos, a intensificação dos conflitos armados em todo o mundo resultou em tragédias humanitárias sem precedentes e, em alguns casos, levou ao colapso parcial e até total dos Estados. O portal online do Estado de Direito nos Conflitos

---

<sup>1</sup> Em março de 2021, o escritório das Nações Unidas em Moçambique enviou aos membros do United Nations Country Team (UNCT) o documento “Guidance on UN language relating to conflict and humanitarian response” com o objetivo de fornecer orientações sobre a linguagem a ser usada nos relatórios sobre o impacto humanitário do conflito em Cabo Delgado, bem como sobre a resposta humanitária geral em Moçambique. O documento, baseado em melhores práticas, é compatível tanto com o Direito Internacional Humanitário (DIH) como com o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e reconhece a sensibilidade de falar publicamente sobre conflitos armados. Assim sendo, as terminologias adotadas nesta pesquisa seguem este documento.

Armados (RULAC)<sup>2</sup> atualmente monitoriza mais de 110 conflitos armados em todo o mundo, alguns dos quais são recentes, enquanto outros perduram há mais de 50 anos. Como consequência, em 2022, 62,5 milhões de pessoas estiveram em situação de deslocação interna devido a conflitos e violência em 65 países e territórios. Deste total, 28,3 milhões (45%) pertenciam a países da África Subsariana deslocados em razão de conflitos armados (IDMC, 2023:2-3). Alguns destes conflitos têm ganhado destaque nos jornais, enquanto outros decorrem de forma menos visível para a maioria do globo.

No caso de África e os demais países em desenvolvimento, deparam-se com uma série de desafios e preocupações de segurança que podem alimentar ou agravar conflitos internamente, tais como a pobreza, desigualdade social, falta de acesso a recursos básicos e serviços públicos precários. As teorias sobre as revoluções destacam especialmente esta ligação entre a pobreza e as causas dos conflitos. Em situações em que um grande grupo de pessoas vive em situação de pobreza e enfrenta um pequeno grupo de indivíduos muito ricos no seu próprio país ou comunidade, é expectável que exijam mudanças radicais ou se revoltem (Goor et al., 1996:20). A não satisfação das necessidades humanas básicas é um fator que propicia o surgimento de movimentos populares que podem desafiar até mesmo a mais sólida estrutura política e social (Galtung, 1973)<sup>3</sup>. A par desta situação mais frequente e que é a desigualdade vertical, classista, uma outra, esta de cariz regional – a desigualdade horizontal (Stewart & Fitzgerald, 2001; Cramer, 2003) – está cada vez mais no foco de conflitos internos na África Sub-Sahariana.

Uma das formas de categorizar os conflitos é através da identificação das suas causas como, por exemplo, pobreza e desigualdade (Nafziger & Auvinen, 2002), conflitos étnicos, religiosos, de recursos naturais, fronteiriços etc (Sambanis, 2003). Esta abordagem é uma das mais comuns e pode ser aplicada logo no início do conflito. Uma das abordagens académicas com mais impacto no início deste século realça a componente económica no sentido do acesso desigual à repartição da renda, o modelo de Greed and Grievance (Collier & Hoeffler, 2004). No entanto, os conflitos são frequentemente

---

<sup>2</sup> Geneva Academy. “*Today’s armed conflicts*”. Disponível em: <https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts> [Consultado em: 27/03/2024]. Rule of Law in Armed Conflict Online Portal (RULAC) classifica todas as situações de violência armada que constituem um conflito armado ao abrigo do direito internacional humanitário.

<sup>3</sup> GALTUNG, Johan, *Theories of conflict*, University of Hawai’i, 1973 in RAMOS, A. (2023)

originados por desenvolvimentos complexos e multifacetados, o que torna a identificação do fator causal uma tarefa complicada. Além disso, muitos autores consideram algo limitada esta abordagem, pois raramente se sabe, mesmo após o término dos confrontos, quais foram as questões que motivaram aqueles que contribuíram para a escalada do conflito (Goor et al., 1996). Em Cabo Delgado, a ONU Moçambique faz a opção por uma linguagem neutra e define a atual situação como sendo um conflito armado, ou um conflito armado não internacional (Mozambique, 2020).

## ***1.2. Pessoas deslocadas internas (PDI)***

Em Cabo Delgado, mais de 1 milhão pessoas<sup>4</sup> já estiveram em situação de deslocação interna desde o início do conflito em 2017. Esta situação tem desestruturado as famílias e redes de apoio comunitário, afetando especialmente as crianças, cuja educação e desenvolvimento são perturbados pela deslocação e muitas vezes são separadas das famílias durante o caos da fuga. Dentre outros desafios, os deslocados enfrentam frequentemente estigmatização, desconfiança e hostilidade nas áreas para onde fogem, tornando-os especialmente vulneráveis a atos de violência e violações dos direitos humanos, como prisões, recrutamento forçado e agressões sexuais. Além disso, o histórico dos deslocamentos forçados ao redor do mundo tem comprovado que, mesmo após a fase de emergência, os níveis de insegurança alimentar e a falta de meios de subsistência entre os deslocados internos também podem persistir e não melhorar necessariamente com o tempo (Mooney, 2005:15-16).

Não obstante, apesar de ser uma realidade que infelizmente tem vindo a crescer no mundo inteiro, muitas vezes não se tem uma compreensão clara do conceito de deslocação interna. Em 1992, pela primeira vez a ONU criou definições a fim de identificar as populações deslocadas internas (PDI), suas necessidades específicas, compilar dados e elaborar leis e políticas destinadas a prestar-lhes assistência. Desde então, ao longo dos anos foi-se discutido as diferentes formas de classificação dessa população no âmbito das mais complexas e variadas formas de contexto. Assim, a partir de 1998, os Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos<sup>5</sup> passaram a referir

---

<sup>4</sup> Número atingido em novembro de 2023 (OCHA, 2024a).

<sup>5</sup> ONU (1998), “Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos”, *United Nations Publication*, New York, Vol.1, Junho, pp. 1-11.

como PDI todas as pessoas ou grupos, independente da quantidade e tempo, em deslocação interna - movimento involuntário dentro das fronteiras - que foram forçadas ou obrigadas a abandonar os seus locais de residência habitual de forma repentina ou inesperada, em consequência ou para evitar os efeitos de conflitos armados, conflitos internos, violações sistemáticas dos direitos humanos ou catástrofes naturais ou de origem humana (acidentes nucleares ou químicos, por exemplo), e que não tenham atravessado uma fronteira estatal reconhecida internacionalmente (Mooney, 2005:10-11).

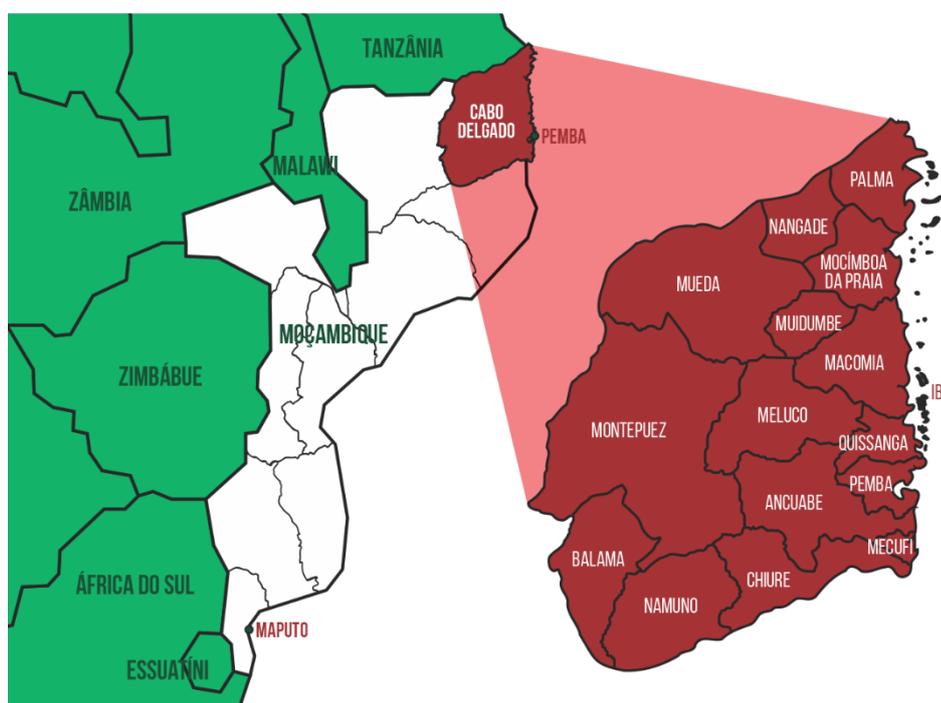
É importante ressaltar que a definição de "pessoa deslocada internamente" é unicamente descritiva e não jurídica. Este termo não implica nem confere um estatuto jurídico especial da mesma forma que o reconhecimento como "refugiado". Para as PDI que permanecem no seu país, os Princípios preveem, no entanto, duas soluções possíveis: (i) regresso às suas áreas de origem ou (ii) reinstalação noutra parte do país sendo que, tanto o regresso como a reinstalação devem ocorrer voluntariamente e em condições de "segurança e dignidade" (Mooney, 2005:22).

No entanto, o aspeto mais evidente em tais contextos é que a deslocação de um grande número de pessoas, e a consequente privação das suas fontes de recursos e capacidade de autossuficiência, leva a uma dependência da assistência humanitária, nomeadamente internacional, para a sobrevivência básica. Embora essa assistência seja fundamental para salvar vidas, pode também encorajar a dependência e minar o desenvolvimento como um processo espontâneo e autossustentável, reforçando assim o círculo vicioso da pobreza, do subdesenvolvimento, da competição por recursos escassos, e, em última análise, conflito sobre o poder do Estado e o controlo dos recursos e do sistema distributivo (Goor et al., 1996:219). Ramos (2023:22) argumenta que o apoio tem certamente uma fase de emergência, mas não pode limitar-se apenas a isso. Uma pessoa deslocada, privada de meios de subsistência e sem perspectivas ou opções claras para o seu futuro próximo, além da dependência, tende a tornar-se até mesmo uma fonte de instabilidade.

### ***1.3. Contexto geral do país***

Moçambique é um país localizado na região sudeste da África, cuja população é estimada em 32,9 milhões de pessoas, das quais 74,4% vivem em situação de extrema

pobreza (US\$2,15 por dia)<sup>6</sup>. Moçambique é um dos países de África mais expostos a choques climáticos extremos. Atualmente, ocupa a sétima posição na lista dos 10 países do mundo com maior risco de catástrofes decorrentes de fenômenos naturais extremos e dos impactos negativos das alterações climáticas<sup>7</sup> e nos últimos cinco anos sofreu pelo menos um ciclone por ano<sup>8</sup>, afetando entre 750.000 e 1,5 milhões de pessoas (OCHA, 2023:7). Além disso, o país mantém-se entre os mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentando um valor de 0,461 em 2022<sup>9</sup>, evidenciando desafios significativos em termos de resiliência e desenvolvimento socioeconómico<sup>10</sup>.



**Figura 1:** Mapa de Moçambique e Cabo Delgado. Figura de elaboração do autor.

O país é composto por diversos grupos étnicos, pouco visíveis nas principais cidades, mas que ganham uma maior homogeneidade e expressão territorial nas zonas rurais, especialmente nas mais desfavorecidas. É um país costeiro atravessado pelo rio Zambeze, cujas grandes cheias ciclicamente representavam um enorme obstáculo à

<sup>6</sup> Dados da OCDE 2023. Disponível em: <https://stats.oecd.org/#> [Consultado em: 27/03/2024].

<sup>7</sup> Dados do World Risk Repor 2023. Disponível em: <https://weltrisikobericht.de/en/> [Consultado em: 21/04/2024].

<sup>8</sup> Com exceção de 2020.

<sup>9</sup> Dados do PNUD 2022. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI> [Consultado em: 24/04/2024].

<sup>10</sup> Embora o país tenha subido de 185 para 183 na posição no ranking.

circulação. Apenas a partir de 2009, com a construção de uma ponte, foi possível garantir uma circulação contínua entre o norte e o sul na zona costeira. A sua localização adjacente a países ricos em recursos naturais e agrícolas, como a Zâmbia, o Zimbábue e a África do Sul, moldou o sistema de comunicações do país, que se desenvolveu horizontalmente, dificultando as comunicações verticais (o país tem cerca de 2000km de comprimento) e contribuindo para um distanciamento cultural entre o norte e o sul, o que constituiu uma vulnerabilidade para a coesão geográfica de Moçambique (Ramos, 2023:5-6).

Após mais de quatro séculos sob domínio português, num período de lutas anticoloniais na década de 60 na África Austral, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)<sup>11</sup> foi fundada em 1962 com o propósito de iniciar à luta armada pela independência do país. A guerra de guerrilha teve início em 1964 com elementos da etnia maconde de Cabo Delgado que, aliados aos machanganas do sul do país, conseguiu libertar vastas áreas no norte de Moçambique<sup>12</sup>. Como resultados diretos da transição política em Portugal após a 'Revolução dos Cravos' de 1974, que preparou o terreno para o surgimento da República Popular de Moçambique, com a assinatura do Acordo de Lusaka naquele ano, o país finalmente alcançou sua independência em 15 de junho de 1975 (Alberdi & Barroso, 2020:8).

Desde sua independência, o país segue uma linha do tempo marcada por conflitos internos – com a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)<sup>13</sup> e interferências diretas externas (por parte dos países do apartheid da Rodésia, hoje Zimbábue, e África do Sul) –, revoltas e milhares de afetados. Entre 1977 e 1992, a região central do país foi um reduto dominado pela Renamo durante a guerra civil pós-independência aproveitando as condições de descontentamento das populações daquela região (ver a antropologia da guerra de Geffray, 1990 ou ainda Vines, 1996; Morier-Genoud, 2018). Esta nova e prolongada guerra, resultou no colapso do Estado em grande parte do país, com um saldo trágico de quase um milhão de vítimas fatais e entre seis e sete milhões de deslocados. O Acordo Geral de Paz de 1992, assinado entre a Frelimo e a Renamo, marcou o fim da

---

<sup>11</sup> Partido que assumiu o país em junho de 1975 sob a liderança de Samora Machel após o fim da guerra da independência em abril de 1974.

<sup>12</sup> ABRAHAMSON, Hans & NILSSON, Anders, Moçambique: A transição conturbada, *Londres: Zed Books*, 1995 in ALBERDI, Jokin & BARROSO, Manuel (2020).

<sup>13</sup> Partido criado para liderar a resistência contra as políticas experimentalistas da Frelimo e para apoiar um sistema multipartidário em Moçambique.

guerra, mas a Frelimo permaneceu no poder, limitando o pluralismo político. Em 2012, a Renamo ocupou novamente a região central do país numa tentativa de contestar a monopolização do Estado pela Frelimo, que se mantém a frente do governo até hoje (Ramos, 2023; Alberdi & Barroso, 2020).

Embora a situação de conflito interno sob a ameaça de armas tivesse contribuído para gerar instabilidade política, económica e social no país, a revelação em 2016 de dívidas não assumidas nem autorizadas pelo governo moçambicano gerou uma profunda desconfiança e resultou no declínio do crescimento económico do país. Conhecidas como "dívidas ocultas" no valor de 2,7 mil milhões de dólares<sup>14</sup>, esta situação levou à interrupção do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e à desconfiança e à suspensão da ajuda internacional por parte dos doadores internacionais, o que resultou numa redução significativa do investimento estrangeiro e numa queda do crescimento económico para valores negativos (Ramos, 2023:9-21).

#### ***1.4. Cabo Delgado***

Cabo Delgado é província mais ao norte de Moçambique com uma população equivalente a 2,67 milhões pessoas, das quais 52,5% (1,4 milhões) são crianças dos 0 aos 17 anos<sup>15</sup>. A província apresenta alguns dos índices de desenvolvimento mais baixos do país tendo uma expectativa de vida de 48 anos e uma média de gastos mensais por pessoa de 34 euros<sup>16</sup> (Alberdi et al., 2023:3).

Rica em recursos naturais, mas com uma população empobrecida cujo nível de bem-estar se tem vindo a deteriorar de forma mais visível desde o início do conflito, aliado aos frequentes desastres climáticos, como o ciclone Kenneth em 2019 e a pandemia do Covid-19 que agravaram o estado de vulnerabilidade das vítimas humanitárias. Para algumas famílias os efeitos do ciclone e do conflito sobrepuseram-se, prolongando a situação das pessoas e deslocando algumas delas pela segunda ou terceira vez.

Ao analisarem historicamente Cabo Delgado, Alberdi et al. (2023:11) observam que a província tem sido palco de constantes episódios de violência armada ao longo de

---

<sup>14</sup> Dívidas contraídas em 2013 e 2014 por empresas públicas para comprar barcos de pesca do atum e equipamento e serviços de segurança marítima no valor de 2,7 mil milhões de dólares.

<sup>15</sup> UNICEF (2022), "Principais indicadores sociodemográficos da província de Cabo Delgado", Maputo.

<sup>16</sup> Dados de 2015.

sua história. Desde as guerras de ocupação colonial nos séculos XIX e XX até à guerra de libertação nacional entre 1964 e 1974, passando pelos 16 anos de guerra civil entre 1977 e 1992, e culminando no atual conflito armado. Este período de pouco mais de um século revela-se extraordinariamente curto para o estabelecimento de processos de estabilização territorial, social e mental, necessários para criar alternativas resilientes ao recurso à violência na resolução de conflitos e na promoção da estabilidade social. Ramos (2023:6) reconhece também que, embora estes combates liderados pela Frelimo tenham ocorrido em todo o país, seus principais combatentes foram membros da etnia maconde de Cabo Delgado. A retórica de unidade nacional da Frelimo não conseguiu impedir percepções de divisão étnica, e ainda hoje é visto como um partido "maconde".

No total, a província abriga três grupos étnicos que representam quase 95% da sua população. Os macondes, predominantemente cristãos, compõem cerca de 20% da população da província e estão concentrados nas regiões norte e central, estendendo-se até à fronteira com a Tanzânia. Os macuas, que representam 67% da população, são geralmente associados à religião islâmica. Este é o maior grupo étnico de Cabo Delgado e de Moçambique, e está principalmente localizado no sul e oeste da província, com presença também nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia. Os mwanis, cerca de 6% da população, habitam ao longo da costa, especialmente em Mocímboa da Praia. Com uma prática religiosa predominantemente islâmica, dedicam-se principalmente à atividade pesqueira (Ramos, 2023:6 e GPCD, s/d).

Mesmo com tanta riqueza cultural e étnica, a considerável distância entre a capital do país, Maputo, localizada no extremo sul, e Cabo Delgado, no extremo norte, tem alimentado ao longo da história uma sensação de abandono nesta região, acompanhada de uma certa desconfiança no governo, uma vez que as províncias do sul tendem a desfrutar de melhores índices de desenvolvimento. Mesmo após 5 anos do atual conflito, as queixas da população persistem, a instabilidade em Cabo Delgado perdura e ainda não se vislumbra um reconhecimento político dos fatores subjacentes ao conflito, sejam eles sociais, étnicos, religiosos ou económicos, nem um plano global articulado que aborde as várias dimensões deste problema (Ramos, 2023:2-6). O que parece ser certo é que o fator 'ressentimento' destacado nos estudos sobre as causas de conflitos domésticos e já referido neste trabalho, é evidente.

## 2. O CONFLITO EM CABO DELGADO E SUAS IMPLICAÇÕES

Este capítulo explora as causas e a evolução do conflito em Cabo Delgado, destacando os fatores históricos, sociais, económicos e políticos que contribuíram para a escalada da violência. A análise incide sobre os principais eventos que moldaram a insurgência, desde o ataque inicial em Mocímboa da Praia, em 2017, até à propagação dos ataques violentos em toda a região. Também oferece uma visão abrangente das dinâmicas do conflito, revelando as interações entre a exploração de recursos naturais, a marginalização social e a frustração económica que servem de pano de fundo para a violência crescente na região.

### *2.1. Causas e evolução do conflito*

A violência armada em Cabo Delgado teve início na vila de Mocímboa da Praia em 5 de outubro de 2017, quando cerca de 30 atacantes invadiram as instalações policiais da cidade, roubaram armamentos, atacaram as forças de segurança e desencadearam confrontos violentos que resultaram em mais de uma dezena de mortes. Desde então, a violência se propagou, evoluindo gradualmente para um conflito organizado com uma crescente polarização. Os ataques violentos contra alvos civis e governamentais tornaram-se frequentes, acompanhados pela destruição de aldeias e pela prática de atrocidades, como sequestros em massa e decapitações. Como resultado, no final de 2018 os insurgentes já haviam estendido suas operações para os quatro principais distritos costeiros de Cabo Delgado (Ramos, 2023:18).

Embora o radicalismo islâmico exerça influência, uma interpretação exclusivamente religiosa para o conflito armado em Cabo Delgado não é completa. Ao examinar estudos e teorias sobre a atual situação, é quase unânime a conclusão de que as causas fundamentais residem no sentimento de injustiça social, na falta de perspectivas e oportunidades para os jovens, nas expectativas não cumpridas, na desconfiança nas autoridades e nas desigualdades exacerbadas pela exploração dos recursos naturais (Alberdi & Barroso; 2020; Franco & Ajú, 2022; Morier-Genoud, 2021; Ramos, 2023; Stanyard et al., 2022). Muitos autores argumentam que a origem da violência política muitas vezes está ligada ao descontentamento coletivo resultante da diferença entre as expectativas de bem-estar e a sua concretização efetiva. Quando a pobreza por si só já é capaz de provocar ressentimentos violentos, a sua exacerbada intensificação amplifica a

frustração, aumentando a propensão para o surgimento de conflitos. Portanto, ao analisar a sequência de eventos que conduz ao conflito em Cabo Delgado, não parece excessivo estabelecer uma ligação entre a violência extrema no norte de Moçambique, assim como na Somália e no Mali, a fatores como a pobreza, a exclusão socioeconómica e a disseminação generalizada da frustração (Franco & Ajú, 2022:105).

Entretanto, a pobreza não é obviamente o único fator que explica os conflitos. Nas últimas duas décadas, Moçambique, especialmente em Cabo Delgado, tem testemunhado grandes transformações económicas, sociais e culturais, decorrentes do início da exploração de recursos naturais por empresas transnacionais aliadas às elites políticas e económicas locais (Alberdi & Barroso, 2020:1). Com uma riqueza mineral significativa, incluindo rubis, grafite e ouro, a província também testemunhou, em 2010, a descoberta de uma das maiores reservas de gás natural de África, desencadeando assim uma onda de investimento estrangeiro. Desde então, as autoridades locais promoveram a realocação dos residentes das áreas afetadas pelas concessões mineiras e de gás. Estes grandes projetos geraram expectativas sociais significativas, porém as indenizações foram consideradas insuficientes não produzindo benefícios concretos para a população local bem como os programas de geração de emprego prometidos (Ramos, 2023; Stanyard et al. 2022). Há ainda vários outros fatores que contribuíram para exacerbar as tensões que existiam há décadas devido a percepções locais, ou seja, as desigualdades horizontais já atrás referidas, enraizadas de injustiças, juntamente com questões étnicas, domésticas e regionais complexas. Estes incluem a religião, o comércio ilícito e o narcotráfico, bem como as descobertas e extração dos recursos naturais, sem ter em conta o contexto local (Franco & Ajú, 2022:107). Em suma, este é um caso que se aproxima do modelo Greed and Grievance desenvolvido por Collier e Hoeffler, em que a frustração regional é evidente e onde os benefícios da renda dos recursos naturais é capturada pelos interesses de atores externos e a elite moçambicana, num conluio que exclui a outra parte não-beligerante, a população da província.

Existem ainda diversas outras teorias que procuram explicar a raiz - ou raízes - deste conflito, desde teorias conspiratórias envolvendo interesses privados, como empresas petrolíferas que buscam controlar os recursos naturais de Moçambique, até teorias que apontam para uma conspiração islamista, com jihadistas avançando pela costa oriental de África (Morier-Genoud, 2021:21). O fato é que o êxito do crescimento da

rebelião deve-se sobretudo ao recrutamento de moçambicanos comuns, descontentes com o governo e as suas circunstâncias, marcadas pela falta de oportunidades para o futuro (Lucey & Patel, 2022:7). Sob a influência do wahabismo<sup>17</sup>, os membros deste grupo radical moçambicano são, em grande parte, jovens locais que rejeitam Estado laico e defendem uma ordem política ancorada na sharia (leis islâmicas), revelando assim estreitas afinidades com movimentos na Tanzânia e na Somália (Morier-Genoud, 2021; Franco & Ajú, 2022).

Conhecido localmente como Al-Shabaab<sup>18</sup> ou Mashababos, o grupo tem a suas bases no fundamentalismo islâmico (Stanyard et al., 2022:5). Segundo Morier-Genoud (2021) e Stanyard et al. (2022), o grupo surgiu como uma seita religiosa por volta de 2007, com o objetivo de desafiar as autoridades religiosas muçulmanas estabelecidas e promover uma forma mais conservadora do Islão. É provável que tenham adotado o jihadismo armado como resultado de sua radicalização e crescimento, influenciados pela repressão enfrentada por parte das principais organizações muçulmanas do país e, posteriormente, pelo Estado (Morier-Genoud, 2021:23). Dois anos após seu o primeiro ataque, em 2019 o movimento comprometeu-se com lealdade ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) e há também indícios que apontam para a natureza transnacional do fenómeno, sugerindo possíveis ligações não apenas com o ISIL, mas também com o seu braço local na República Democrática do Congo (Franco & Ajú, 2022:103).

Independentemente dos perpetradores, os conflitos violentos têm causas múltiplas, enraizadas em histórias e processos específicos da economia política (Franco & Ajú, 2022:105). O ataque e ocupação da vila de Mocímboa da Praia em março de 2020 representaram um ponto crucial na evolução do conflito. O grupo armado evidenciou não apenas a capacidade de infligir danos físicos, mas também de impactos económicos, institucionais e políticos significativos, mantendo o controlo de locais estratégicos por períodos prolongados (Alberdi et al., 2023:21). A suspensão<sup>19</sup> das atividades da

---

<sup>17</sup> Uma vertente rígida e conservadora do islamismo que constitui a religião oficial da Arábia Saudita.

<sup>18</sup> Al-Shabaab significa ‘juventude/jovens’ em árabe (a maioria dos membros da seita são jovens). Embora não relacionado com o Al-Shabaab da Somália, é também o nome que os insurgentes têm vindo a usar em notas escritas no início de 2020 (Morier-Genoud, 2021:9)

<sup>19</sup> Até a data em que este artigo é escrito. Disponível em: <https://totalenergies.com/media/news/press-releases/mozambique-totalenergies-publishes-its-response-le-monde-french-newspaper> [Consultado em: 24/06/2024]

TotalEnergy em abril de 2021 por exemplo, acarreta o adiamento do início da atividade, lesa financeiramente o Estado moçambicano e adia investimentos na província<sup>20</sup>.

## **2.2. A resposta ao conflito e os riscos iminentes**

Como uma das respostas ao conflito, embora tardiamente, o governo moçambicano passou a contar com o apoio externo a partir do segundo semestre de 2021, com a implementação de diversas intervenções militares, incluindo a participação de Ruanda, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Europeia sob a forma de formação (EUTM Moçambique<sup>21</sup>) (Franco & Ajú, 2022:105). Antes disso, tentativas de pacificação militar com a ajuda de mercenários do Grupo Wagner da Rússia em setembro de 2019 e do Dyck Advisory Group (DAG) da África do Sul em abril de 2020, não resultaram (Stanyard et al., 2022:12).

Ainda que tais esforços tenham contribuído para a redução dos ataques dos insurgentes (Papelo, 2023:113) e o caso de Cabo Delgado não tenha alcançado proporções semelhantes aos ocorridos em países como Somália e Mali, a atual estratégia interna de contrainsurreição enfrenta o risco de seguir um padrão semelhante ao observado nessas regiões. Desenvolvimentos do conflito em Cabo Delgado já incluem a expansão interna para as províncias do Niassa e Nampula, e o surgimento das designadas "forças locais", grupos auto-defensores que operam na província de Cabo Delgado (Franco & Ajú, 2022:105).

Lucey & Patel (2022) acreditam que os históricos de insurgência semelhantes ao de Cabo Delgado, como no Chade, Sahel e Corno de África, demonstram que o conflito ainda possa estar longe do seu fim. Há um consenso generalizado entre a sociedade civil e observadores internacionais de que seja pouco provável que a abordagem militarizada consiga eliminar as múltiplas causas do conflito - entre as quais as queixas e a marginalização da população. Embora as forças armadas possam desempenhar um papel crucial na restauração da estabilidade inicial e na facilitação do retorno da ajuda

---

<sup>20</sup> A multinacional francesa TotalEnergies tem em curso o desenvolvimento da construção de uma central, nas proximidades do distrito de Palma, para produção e exportação de gás natural, avaliada em 20 mil milhões de dólares, projeto suspenso desde 2021 devido aos ataques. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/filipe-nyusi-diz-ser-fundamental-a-retoma-dos-megaprojectos-de-gas/> [Consultado em: 24/06/2024]

<sup>21</sup> Semelhante às missões de formação militar da Política Comum de Segurança e Defesa destacadas em países como a Somália, o Mali ou a República Centro-Africana.

humanitária, do comércio e das empresas às áreas que estiveram isoladas por muitos meses, isso não elimina os fatores estruturais subjacentes ao conflito (Stanyard et al., 2022:68).

A situação permanece volátil e há ainda o risco de que o conflito se alastre ainda mais para outras regiões do país e por isso qualquer intervenção externa não pode ser isolada de considerações sociopolíticas e económicas, incluindo a abordagem à pobreza endémica, bem como das questões relacionadas com a governação da segurança transfronteiriça (Franco & Ajú, 2022:109). Franco & Ajú (2022) ainda defendem a necessidade de uma abordagem holística e a importância de examinar os históricos dos conflitos em África, tomando como exemplo as lições aprendidas com as intervenções de estabilização e contrainsurreição.

### **3. A AJUDA HUMANITÁRIA E OS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO**

Este capítulo examina a resposta humanitária à crise em Cabo Delgado, com foco na atuação das ONG e outras agências internacionais. Desde o início do conflito, a chegada dessas organizações trouxe alívio imediato para as comunidades afetadas, mas também gerou desafios de coordenação e sustentabilidade. A análise considera as estratégias de resposta emergencial, a colaboração entre os atores internacionais e locais, bem como os principais obstáculos enfrentados na implementação de programas de desenvolvimento a longo prazo. Este capítulo pretende refletir sobre a eficácia destas intervenções e a necessidade de fortalecer as capacidades locais.

#### ***3.1. A presença das ONG na cooperação internacional em Moçambique***

Após conquistar a independência em 1975, Moçambique necessitou de ajuda externa para revitalizar a sua economia e iniciar o processo de desenvolvimento. Inicialmente, o país recebeu assistência da União Soviética, China, países nórdicos e movimentos progressistas dos Estados Unidos e Europa, além do apoio de “cooperantes” estrangeiros como forma de superar a “escassez de profissionais” após a saída dos portugueses. Na década de 1980, com a guerra civil, a queda nas exportações e a alta dos preços do petróleo, Moçambique voltou a contar com ajuda internacional. No entanto, os

EUA e outros doadores condicionaram essa ajuda à transição do país para uma economia de mercado (Nipassa, 2009:12).

Numa tentativa de inverter a degradação da situação de segurança (guerra com a Renamo apoiada pela África do Sul) e económica, em 1984 Moçambique assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul e aderiu ao FMI e ao Banco Mundial. Em 1987 é aplicado o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e em 1990 o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) que contou com o apoio daquelas instituições financeiras (José, 2005:33). Moçambique aumentou ainda mais a sua dependência da ajuda externa. Uma das condições impostas foi permitir a operação de ONG internacionais, como a CARE e a World Vision (Nipassa, 2009:12).

A partir de 1988, com a liberalização económica e a perspetiva de adoção de um sistema multipartidário, Moçambique começou a receber uma série de novas ONG internacionais<sup>22</sup>. Estas organizações tinham suas próprias agendas, canalizavam a ajuda prestada pelos seus países de origem e eram, sobretudo, orientadas para a implementação de projetos através dos seus “parceiros” locais, sem membros próprios nem mandato de representatividade. Isso levou a uma rápida proliferação de ONG nacionais<sup>23</sup>, onde as reuniões eram conduzidas em inglês, as metodologias usadas eram inéditas, os recursos financeiros vinham dos países doadores e o recrutamento de pessoal frequentemente prejudicava o desenvolvimento do tecido produtivo e administrativo local (Negrão, 2003:3). Além disso, implementavam programas de ajuda humanitária conforme a sua conveniência logística, o que gerou desigualdades regionais nos serviços e infraestruturas disponibilizados resultando no desprezo de províncias como Cabo Delgado, Niassa e Inhambane.

O aumento significativo do número de ONG nacionais foi motivado pela pressão sobre o Estado para integrar outros atores na prestação de serviços essenciais. Muitas ONG acabaram por ter orçamentos maiores do que as administrações locais, colocando-se numa posição de vantagem. Em alguns casos, essas organizações tentaram assumir

---

<sup>22</sup> De acordo com Sequeira (2017:134), o número de ONG internacionais em Moçambique passou de 7 em 1980 para 180 ONG em 1990.

<sup>23</sup> Também de acordo com Sequeira (2017:34), as ONG nacionais passaram de 4 em 1984 para mais de 200 em 1996.

responsabilidades governamentais, o que, juntamente com o apoio dos doadores, contribuiu para enfraquecer a capacidade das entidades locais (Sequeira, 2017:134-135).

Com o fim da guerra civil em outubro de 1992, após a assinatura do Acordo de Paz em Roma entre a Frelimo e a Renamo, Moçambique passou por várias transformações significativas. Estas mudanças foram inicialmente ligadas ao processo de reabilitação e democratização do período pós-guerra, bem como à presença marcante de cada vez mais atores da cooperação internacional fazendo com que o país se tornasse altamente dependente dos fluxos estrangeiros de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e das agendas destes atores. As iniciativas de reconstrução e democratização no período pós-guerra, as cheias de 2000, a agenda de cooperação para o desenvolvimento focada na luta contra a pobreza no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovada pelas Nações Unidas no ano 2000, bem como os compromissos dos doadores internacionais com a eficácia da ajuda, transformaram Moçambique num verdadeiro laboratório de cooperação internacional (Alberdi & Bidaurratzaga, 2014:17-19).

Neste sentido, devido à devastação económica causada pela guerra, que já colocava o país entre os mais pobres do mundo, a reabilitação pós-guerra dificilmente poderia ter sido alcançada sem a assistência internacional. O esforço conjunto de diversos intervenientes na reconstrução do país serviu como ligação entre as medidas de emergência a curto prazo e as estratégias de desenvolvimento a longo prazo. De acordo com Armiño, em 1997, ao analisar a reabilitação pós-guerra em Moçambique, o país havia implementado o maior programa de retorno e reinstalação da história das Nações Unidas (Armiño, 1997:25-27).

Em Cabo Delgado, região alvo deste trabalho, a APD começou a ganhar destaque a partir de 2010, impulsionada pelo interesse dos doadores e das empresas em contribuir para o desenvolvimento local e combater a pobreza prevalente, visando promover um crescimento que garantisse a redistribuição dos benefícios à população. Em 2014, Marty constatava que a maior parte da assistência estava direcionada para programas e projetos nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento local, água e saneamento. Nessa época, Cabo Delgado contava com cerca de 30 ONG internacionais, caracterizadas por terem grandes recursos financeiros, equipas consolidadas e estruturas organizacionais e de gestão robustas. Por outro lado, as ONG nacionais, cerca de 124, enfrentavam diversos

desafios, incluindo a escassez de recursos financeiros, equipas com pouca capacitação, estruturas organizacionais e de gestão frágeis, e uma alta dependência económica das ONG e doadores internacionais (Marty, 2014:37-50).

Atualmente, não existem fontes disponíveis que seja possível perceber quantas ONG possuem especificamente em cada província de forma a conseguir mensurar o fluxo de novas ONG em Cabo Delgado desde o início do conflito. Isto porque o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) considera como organizações sem fins lucrativas todas as associações, fundações e confissões religiosas<sup>24</sup> e que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação não dispõe essa informação. Entretanto, em 2023, segundo o relatório anual do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), o número de organizações a atuar na resposta ao conflito através da implementação do Plano de Resposta Humanitária (PRH) foi de 78, das quais: 43 ONG internacionais, 13 ONG nacionais, 8 agências da ONU e 14 “outros”<sup>25</sup> (OCHA, 2024a).

Os inquéritos realizados no âmbito da pesquisa para este trabalho, demonstram que, das 40 organizações inqueridas, 60% delas chegaram após o início dos conflitos em 2017<sup>26</sup>, ainda que algumas delas tivessem como objetivo dar respostas aos impactos as catástrofes climáticas. A permanência delas, entretanto, implicou em respostas tanto ao conflito quanto ao Covid.

### ***3.2. Resposta humanitária à Cabo Delgado***

Com o início das operações humanitárias e a chegada de agências das Nações Unidas e ONG a partir de 2021, a situação em Cabo Delgado ganhou maior visibilidade nacional e internacional, destacada por notícias, denúncias, depoimentos e estudos. Neste contexto, as organizações de cooperação que já atuavam na região tiveram de ajustar a sua abordagem para enfrentar os desafios decorrentes da nova realidade. Face a grande complexidade em responder as necessidades das mais de 1 milhão de pessoas deslocadas internas (PDI), a resposta de emergência dos atores de intervenção tem sido baseada, fundamentalmente, em atender de forma universal e uniforme às necessidades imediatas

---

<sup>24</sup> Esta última bastante expressiva na província (constatação do autor).

<sup>25</sup> É importante também considerar que muitas organizações em Cabo Delgado não fazem parte dos clusters ou do PRH, possuindo projetos próprios, muitas vezes financiados pelas agências de cooperação dos seus países de origem.

<sup>26</sup> Com maior destaque no ano de 2021, com 22,5% (9 ONG) a chegarem.

de sobrevivência das populações deslocadas com roupas, alimentação, abrigo, prestação de cuidados primários de saúde etc. No entanto, a longa duração do conflito e a escassez de recursos para mitigar a crise têm impedido o alcance dos objetivos propostos. A ausência de uma estratégia abrangente está a agravar a pressão sobre os já limitados recursos e serviços nos centros de reassentamento e nas comunidades de acolhimento (tais como pontos de água, acesso a terras cultiváveis, escolas, centros de saúde e hospitais) (Alberdi et al., 2023:25).

Num contexto de conflito prolongado, as agências humanitárias internacionais enfrentam o desafio de equilibrar as prioridades entre os imperativos humanitários a curto prazo e os objetivos de sustentabilidade e paz a longo prazo. No entanto, carecem das competências e recursos necessários para atender integralmente a essas demandas, que, na sua maioria, deveriam ser responsabilidade do Estado (Papelo, 2023:115). Estes dilemas suscitam debates sobre a viabilidade de adotar uma abordagem de “triplo nexos” que sincronize as iniciativas humanitárias, de desenvolvimento e de paz. O objetivo é reduzir as vulnerabilidades das PDI, ao mesmo tempo em que se combate a violência direta perpetrada pelo grupo armado. Esta abordagem visa também iniciar a reconstrução pós-conflito e fortalecer a coesão entre as comunidades deslocadas e as de acolhimento (Alberdi et al., 2023:6).

Com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento económico amenizando os impactos do conflito armado nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula, em 2020, foi criada Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) (Lucey & Patel, 2022:44). Liderada em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), a ADIN tem implementado o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD 2021-2024) com o objetivo de permitir que as populações afetadas pelo conflito tenham a oportunidade de voltar para suas casas e reconstruir suas vidas (Alberdi et al., 2023:52). As Nações Unidas por sua vez, também criou o Plano de Resposta Humanitária (PRH) com o objetivo de definir e organizar a prestação de ajuda humanitária entre as ONG (nacionais e internacionais) e agências da ONU. Os esforços de todos estes atores permitiram que, até janeiro de 2024, cerca de 632 mil pessoas tivessem retornado aos seus lares no nordeste de Cabo Delgado, especialmente em

Mocímboa da Praia, Palma e Muidumbe<sup>27</sup>. Entretanto, a escalada dos conflitos nos primeiros meses de 2024 fizeram com que, no início de março, um total de 112.894 pessoas estivessem novamente em situação de deslocação devido a ataques ou medo de ataques por parte do grupo armado nos distritos de Chiure, Ibo, Macomia, Mecufi, Mocímboa da Praia e Muidumbe (OCHA, 2024a).

Embora a maioria das famílias desejem regressar às suas terras para retomar suas produções e reconstruir as suas vidas, a falta de clareza acerca das perspectivas de retorno a médio e longo prazo dificulta tanto o planeamento da ajuda humanitária quanto as decisões das famílias deslocadas acerca do seu futuro. Por outro lado, o governo de Moçambique, em colaboração com a ADIN e outros parceiros internacionais envolvidos na coordenação e gestão de acampamentos, estiveram a construir centros de reassentamento em Ancuabe, Chiúre, Mecúfi, Metuge e Montepuez, sugerindo às populações que estabeleçam as suas vidas nesses locais, em vez de regressarem (Alberdi et al., 2023:51). Em suma, não existe uma política coerente neste sentido, visto que faltam estratégias claras para o regresso ou reassentamento das populações afetadas.

Para 2024, o PRH propôs um orçamento de 413,4 milhões de dólares (383,7 milhões de euros) destinado a auxiliar 1,7 milhões de pessoas, num total de 2,3 milhões em situação de necessidade (OCHA, 2023:9). No entanto, apenas 17,8% desse montante proposto, equivalente a US\$73,7 milhões, foi financiado até o momento<sup>28</sup>. Essa lacuna de financiamento representa um desafio significativo para as operações no terreno, dado que as necessidades da população são cada vez mais preocupantes. Quanto a Cabo Delgado, o PRH enfatiza a importância de as organizações humanitárias internacionais direcionarem os seus esforços para apoiar os intervenientes locais e nacionais, fortalecendo as suas capacidades através de parcerias baseadas em princípios, colaboração, formações, tutorias, inclusão e participação. Além disso, insta-os promover a apropriação e o apoio financeiro, por meio de financiamento direto e assistência à gestão financeira, garantindo a sua inclusão nas operações humanitárias, na arquitetura de coordenação e nos fóruns de tomada de decisão (OCHA, 2023:25).

---

<sup>27</sup> Ainda que a maioria dos deslocados internos tenha continuado concentrada nos distritos de Pemba, Metuge e Mueda, no sudoeste do país (OCHA, 2023:7)

<sup>28</sup> Este valor é distribuído entre 61 organizações (nacionais, internacionais e agências da ONU). Dados do Financial Tracking Service da OCHA. Disponível em: <https://fts.unocha.org/plans/1183/summary> [Consultado em: 31/05/2024].

A resposta ligada ao conflito está focada nas áreas geográficas com as necessidades mais prementes, incluindo aquelas com o maior número de retornos, pessoas sem terra ou em risco de despejo, e locais com danos significativos em infraestrutura (OCHA, 2023:8). Espera-se que a comunidade humanitária expanda a sua intervenção aos distritos de regresso, visando apoiar as pessoas, incluindo retornados e PDI, para atender às necessidades de salvamento e manutenção da vida. O PRH ainda prevê limitações na capacidade de oferecer, em 2024, uma assistência multissetorial abrangente. A estratégia do mecanismo de resposta rápida possibilitou a entrega imediata de ajuda, abarcando alimentos, abrigo e WASH (água, saneamento e higiene) para os retornados, contudo, reconhece-se que as lacunas de financiamento já supramencionadas têm constituído um obstáculo para a eficácia da resposta de segunda linha (OCHA, 2023:8). É importante também destacar que, além das intervenções humanitárias bilaterais, multilaterais e governamentais, uma parcela significativa da assistência também tem vindo a acontecer pelas próprias comunidades de acolhimento (Alberdi et al., 2023:22).

### ***3.3. A organização da resposta e seus desafios***

Num contexto de conflito como o de Cabo Delgado, onde as necessidades são inúmeras e as capacidades locais são limitadas, as ONG internacionais constituem uma contribuição valiosa. A flexibilidade dos seus mandatos permite-lhes combinar trabalho de emergência, reabilitação e desenvolvimento, o que explica o crescimento da sua importância nos últimos anos como canais de ajuda das agências bilaterais e multilaterais. Esta relevância é particularmente notável em contextos de emergência, devido à agilidade operativa que estas organizações oferecem.

Contudo, juntamente com os aspetos positivos do trabalho das ONG, diversos autores destacam também aspetos controversos. O principal deles é que, em algumas ocasiões, as ONG podem criar redes paralelas às do Estado, operando por vezes alheias às políticas e planos governamentais na prestação de serviços básicos que deveriam ser garantidos pelas instituições públicas. Neste sentido, corre-se o risco de seu funcionamento sem o planeamento e supervisão do governo resultar numa reabilitação com objetivos dispersos e incoerentes. Esta situação é exacerbada pela dificuldade de coordenar o grande número de organizações (e doadores em geral) que costumam chegar

após o desastre, e que geralmente apresentam grandes diferenças nos seus procedimentos, especializações, tamanhos e abordagens (Armiño, 1997:135-137).

Em Moçambique, existem dois principais polos humanitários: Pemba, a capital de Cabo Delgado, que cobre toda a província, bem como as províncias de Nampula e Niassa, e Maputo, que abrange o restante do país. Além disso, cada província tem um ponto focal, que é o funcionário de mais alta patente da ONU na província ou um humanitário. Este ponto focal tem o papel de representar a equipa humanitária da ONU a nível provincial e de apoiar e facilitar a coordenação com as autoridades governamentais provinciais através da coordenação por cluster/setorial, incluindo a coordenação com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Riscos de Desastres (INGD) e entre os atores humanitários para complementar os esforços de resposta a emergências (OCHA, 2023:29).

Em Cabo Delgado, como forma de tentar fortalecer a coordenação da resposta, procurando garantir liderança, transparência e parceria, a atividade é organizada através do sistema de clusters, onde participam organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, juntamente com as autoridades de Moçambique. Esses clusters coordenam-se em nível local, nacional e internacional, compartilhando informações e procurando respostas comuns e harmonizadas (Alberdi et al., 2023:22). Conforme demonstrado na tabela abaixo, o orçamento destinado ao PRH em 2024 tem sido distribuído entre 11 clusters, com um total de 53 membros<sup>29</sup>. O maior destes clusters é o de Proteção, com 30 membros e 38 projetos, enquanto a maior parte do orçamento solicitado pelo PRH é direcionada para o cluster de Segurança Alimentar e Meios de Subsistência. No entanto, verifica-se que, já a meio do ano, nenhum dos clusters conseguiu alcançar sequer 30% do seu orçamento total.

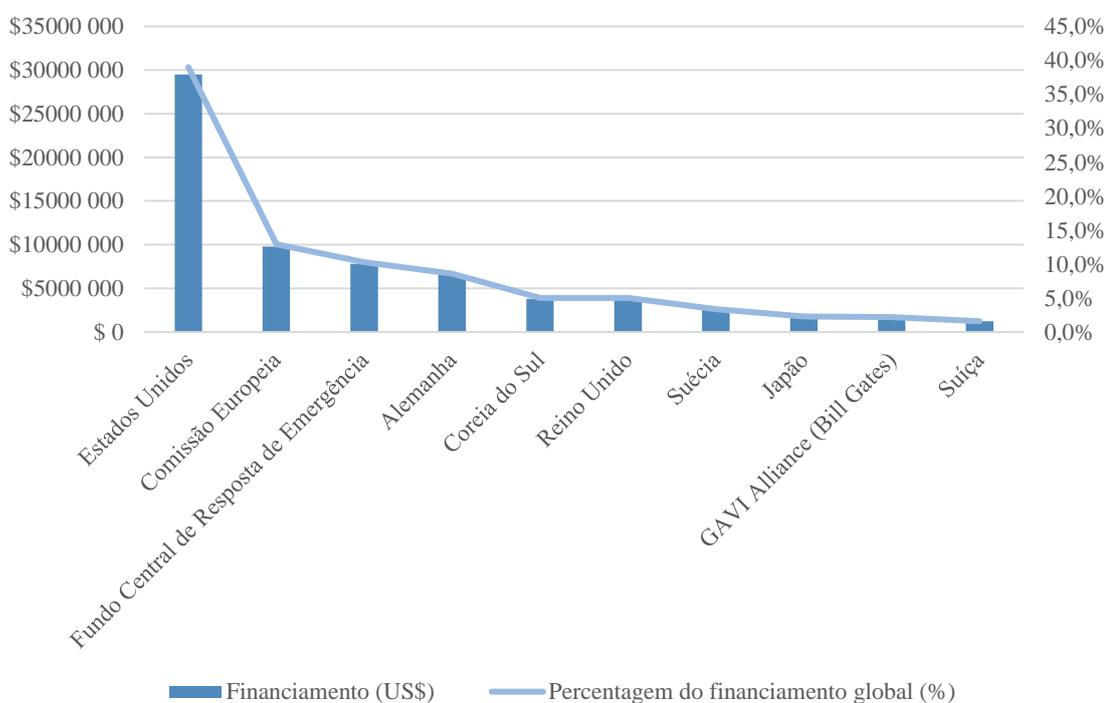
---

<sup>29</sup> Alguns membros participam em mais de um cluster.

Cluster	Organizações	Projetos	Montante requisitado	Montante financiado	Cobertura
Coordenação e Gestão de Campo (CCCM)	5	6	\$9,6 mi	\$1,8 mi	18,9%
Coordenação e Serviços Comum (CCS)	3	4	\$9,5 mi	\$2,4 mi	25,0%
Educação	13	14	\$21,3 mi	\$1,8 mi	8,6%
Segurança Alimentar e Meios de Vida	14	15	\$172,6 mi	\$30,3 mi	17,6%
Saúde	9	13	\$21,1 mi	\$3,7 mi	17,5%
Logística	1	1	\$15,5 mi	\$3,5 mi	22,6%
Nutrição	8	9	\$15,6 mi	\$3,7 mi	23,9%
Proteção	30	38	\$51,2 mi	\$6,1 mi	12,0%
Resposta aos Refugiados	1	1	\$16 mi	\$4,1 mi	25,8%
Abrigo	10	11	\$41 mi	\$5,4 mi	13,2%
Água, Saneamento e Higiene (WASH)	15	17	\$40 mi	\$3 mi	7,4%

**Tabela 1:** Visão Geral dos clusters em 2024. <https://humanitarianaction.info/plan/1183> [Consultado em: 31/05/2024]. Tabela de elaboração do autor.

O gráfico abaixo revela também que, as atuais operações humanitárias são financiadas pelo Banco Mundial, Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Coreia do Sul, Reino Unido, Suécia, Japão e Suíça, além de fundos privados, por meio das Nações Unidas e organizações internacionais presentes no terreno. Há também uma parte da ajuda que é canalizada por intermédio de ONG que executam os seus próprios projetos ou recebem fundos através de concursos e contratos.



**Gráfico 1:** Maiores fontes de financiamento do PRH 2024. <https://fts.unocha.org/plans/1183/summary> [Consultado em: 31/05/2024]. Gráfico de elaboração do autor.

### ***3.4. A dependência da fase de emergência***

Não obstante, apesar do volume da intervenção, Alberdi et al. (2023:55) constata que não há capacidade operacional suficiente para alcançar toda a população, nem mesmo os grupos mais vulneráveis. Os esforços muitas vezes são duplicados e não há clareza na divisão de funções entre a ADIN, sob controlo do governo central, os planos de reconstrução das autoridades provinciais e distritais, os clusters e as forças de segurança.

Outra preocupação é que, num contexto como o de Cabo Delgado, nem todas as ONG presentes no terreno possuem a competência técnica necessária. Por exemplo, algumas ONG com experiência em emergências podem não ter o perfil adequado para trabalhos de reabilitação e desenvolvimento (e vice-versa). Além disso, a maioria dos projetos implementados têm um curto período (2 ou 3 anos), o que não permite alcançar resultados significativos. A presença de um grande número de ONG internacionais pode ainda eclipsar e dificultar o crescimento das ONG nacionais, em vez de contribuir para o fortalecimento das suas capacidades (Armiño, 1997:137).

Durante as entrevistas para esta pesquisa é unânime a conclusão de que esta fase de emergência se tem revelado insustentável, com orçamentos cada vez mais reduzidos, suscitando a necessidade urgente de promover ações de desenvolvimento que garantam a autossustentabilidade das famílias.

Esta preocupação tem sido objeto de debates por muitos autores desde o início da década de 1990, com o objetivo de compreender a melhor forma de vincular a ajuda de emergência a curto prazo com a cooperação para o desenvolvimento a longo prazo. A ajuda de emergência visa prioritariamente salvar vidas em contextos de conflito, sendo planeada e executada a curto prazo, com uma breve análise das causas e de forma vertical, sem a participação dos afetados. Em contraste, a cooperação para o desenvolvimento orienta-se para a melhoria das condições de vida, com objetivos a longo prazo, baseada numa análise das causas do problema e num estudo de viabilidade, colocando uma maior ênfase na participação local. As ações de reabilitação devem ser iniciadas o mais cedo possível, de forma simultânea e coordenada com as de emergência, com o objetivo de facilitar uma transição suave e rápida para as iniciativas de desenvolvimento (Armiño, 1997:32). Ainda para este autor, a reabilitação pós-conflito pode começar assim que

existam as condições mínimas de segurança no terreno, ainda que o conflito ainda não tenha sido formalmente terminado.

A vinculação entre a ajuda de emergência e o desenvolvimento pode beneficiar ambas as abordagens: a ajuda de emergência pode ser implementada de forma a contribuir para o desenvolvimento futuro, enquanto o desenvolvimento pode reduzir o risco de novas situações de emergência. A reabilitação, por sua vez, facilita a transição entre ambas. Para que esta vinculação seja eficaz, é necessário que os dois tipos de intervenção, assim como a reabilitação, realizem ações complementares e interdependentes, orientadas para um objetivo comum: a redução das vulnerabilidades e o aumento das capacidades da população (Armiño, 1997:15-30).

De acordo com Zuheb Abibo<sup>30</sup>, coordenador do Fórum das Organizações de Cabo Delgado (Focade)<sup>31</sup>, em entrevista ao autor, *“nos últimos tempos, infelizmente todas as organizações nacionais e locais foram para essas atividades de resposta humanitária, porque eram as que tinham mais doadores, mais parcerias para fazerem suas atividades em relação ao desenvolvimento. (...) Isso levou a um défice de organizações que tinham foco na questão do desenvolvimento.*

*Neste momento, o Focade já está a garantir a retoma de todas as organizações que trabalhavam nos grupos temáticos para a questão do desenvolvimento. Há distritos que já se consegue avançar com alguma coisa de desenvolvimento, então queremos as organizações a fazer esta monitoria, porque o desenvolvimento também interessa a sociedade civil.”*

Os resultados do inquérito realizado também sustentam esta afirmação. Antes da intensificação do conflito em 2020, das 40 organizações inquiridas, 27 estavam presentes na província, das quais 37% atuavam exclusivamente em iniciativas de desenvolvimento,

---

<sup>30</sup> Está como coordenador desde 2023. Moçambicano, trabalha na Associação Dimongo (organização local que está a presidir o Focade atualmente) como oficial de programa e advocacia. É antropólogo, pesquisador, faz parte do cluster de Proteção e é membro da plataforma de sobre as mudanças climáticas da sociedade civil a nível nacional.

<sup>31</sup> Criado em 1996, o Focade serve como o mecanismo de coordenação das ONG locais em Cabo Delgado. Além de prestar apoio às organizações locais, o Fórum tem como objetivo representar as preocupações e inquietações dessas organizações junto ao governo. Com cerca de 115 membros (embora apenas cerca de 30% participem ativamente) a maioria dos membros são organizações locais, embora também conte com organizações nacionais e internacionais como parceiros nos grupos temáticos. O Fórum está estruturado em grupos temáticos que abrangem áreas como educação, saúde, água e saneamento, recursos naturais, terra e propriedade, e assistência humanitária.

44,4% combinavam desenvolvimento e ajuda humanitária e 18,5% dedicavam-se apenas à ajuda humanitária. Após 2020, das 40 organizações inquiridas, 20% focam-se apenas no desenvolvimento (uma queda de 17 pontos percentuais), 55% combinam assistência humanitária e desenvolvimento (um aumento de 10,6 pontos percentuais), 22,5% dedicam-se exclusivamente à ajuda humanitária (um aumento de 4 pontos percentuais) e 2,5% adotam outras abordagens<sup>32</sup>.

Armiño (1997:16-32) ainda defende que a reabilitação deve procurar corrigir os potenciais impactos negativos da ajuda humanitária, como a dependência ou o desincentivo à economia local. Para tal, é essencial substituir as distribuições gratuitas por sistemas de pagamento por trabalho e privilegiar os recursos humanos ou materiais locais em detrimento dos externos. No contexto da ajuda em situações de conflito, uma crítica frequente é que as atividades de reconstrução são frequentemente orientadas pelas diretrizes dos doadores, em vez de se basearem nas necessidades concretas dos países recetores. Existe uma escassez de linhas financeiras específicas para a reabilitação, e os doadores enfrentam dificuldades para redirecionar os fundos da emergência para a superação da crise ou do desenvolvimento para ambientes ainda instáveis, que oferecem poucas garantias de sustentabilidade dos projetos.

Entretanto, segundo Abibo, na prática pouco ou quase nada tem sido feito para reforçar as capacidades das organizações e/ou recorrer a recursos locais: *“há falta oportunidade para as organizações, para os empreiteiros, para as empresas que estão no ramo de construção, para as empresas fornecedoras de equipamentos e materiais que são locais de participarem no plano de reconstrução... sente-se este vazio, de serem excluídas nos processos de procurement.”* Existem ainda várias lacunas nas iniciativas atuais do plano de reconstrução implementado pela ADIN: *“existem por exemplo, vários programas de estágio, bolsas para formar os jovens que vem das comunidades afetadas pelos ataques, mas depois não há o seguimento. O que é que aquelas pessoas fazem depois desta formação, depois do estágio e já são profissionais? Não há acompanhamento (...). Além disso a narrativa que vamos recebendo das organizações internacionais e das Nações Unidas é que, a qualquer momento, todas organizações internacionais podem sair de Cabo Delgado para dar resposta em outras zonas. O que*

---

<sup>32</sup> Ver Anexo I.

*se quer é que as organizações locais tenham capacidade de dar continuidade àquilo que estes atores iriam dar.”*

A resposta humanitária em Cabo Delgado tem sido crucial para mitigar o impacto do conflito, proporcionando assistência essencial às PDI. No entanto, a falta de coordenação entre as várias entidades envolvidas e a dependência prolongada da ajuda externa revelam a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e sustentável. Além disso, ausência de um esforço eficaz para integrar as organizações locais e os recursos regionais nos processos de reconstrução pode agravar ainda mais a vulnerabilidade das comunidades afetadas. As soluções a longo prazo devem concentrar-se no fortalecimento das capacidades locais, incluindo a capacitação das ONG locais e a criação de estruturas que fomentem a autossuficiência, garantindo uma transição eficiente para o desenvolvimento a longo prazo. Sem este redirecionamento de prioridades, o ciclo de dependência e instabilidade pode continuar, comprometendo o futuro da província.

#### **4. ANÁLISE DOS IMPACTOS DO CONFLITO E DA AJUDA INTERNACIONAL NAS COMUNIDADES LOCAIS EM CABO DELGADO**

Neste capítulo, apresentam-se os resultados dos questionários realizados com as organizações presentes em Cabo Delgado e com famílias deslocadas internas da província, complementados com informações extraídas dos relatórios mais recentes dos clusters das principais componentes de atuação no terreno, bem como de entrevistas em profundidade realizadas.

Pretende-se compreender os impactos do conflito nas comunidades locais, analisando o acesso aos serviços públicos pelas populações afetadas e avaliando o impacto da resposta da ajuda humanitária e os esforços de desenvolvimento.

Para atingir estes objetivos, foram inquiridos 40 indivíduos diretamente afetados pelo conflito<sup>33</sup>, que atualmente residem com famílias de acolhimento, em centros de reassentamento, casas alugadas ou emprestadas. Paralelamente, foram entrevistados

---

<sup>33</sup> Ver Anexo II.

membros de organizações da sociedade civil, autoridades locais e outras pessoas afetadas pelo conflito.

#### ***4.1. Os impactos nas comunidades locais***

As ações resultantes do conflito em Cabo Delgado, tiveram um impacto severo, especialmente nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Muidumbe, Nangade, Macomia, Quissanga, Meluco, Ibo e Mueda. Como consequência, houve uma destruição generalizada de infraestruturas económicas e sociais, tanto públicas como privadas, afetando gravemente as comunidades locais (República de Moçambique, 2021:6). Este cenário resultou num estado de emergência humanitária, agravando ainda mais a situação das famílias vulneráveis.

O aumento da violência, que continua a persistir em 2024, tem resultado em novas vagas de deslocamentos. Em Montepuez e Mueda, existem tentativas de regresso às áreas de origem, especialmente à Macomia, Muidumbe e Mocímboa da Praia, contudo, muitas dessas tentativas têm falhado tanto pela falta de infraestruturas nessas comunidades quanto pela insegurança que ainda persiste. A reintegração nos centros de reassentamento torna-se cada vez mais difícil devido à venda frequente das residências quando os proprietários as abandonam ou à danificação destas durante o período de ausência (Feijó, 2024:2).

Os desafios no terreno, incluindo a presença de grupos insurgentes, têm ainda dificultado a entrega eficaz de assistência humanitária e a implementação de projetos de desenvolvimento. A dinâmica do conflito tem mudado ao longo do tempo, afetando as estratégias de cooperação internacional. A situação em Cabo Delgado é volátil, e a eficácia dessas medidas varia consoante os desenvolvimentos no terreno.

Neste contexto, os trabalhadores das organizações humanitárias relatam dificuldades significativas em operar neste ambiente de insegurança, enfrentando limitações de espaço, falta de fundos e recursos, e uma capacidade de resposta cada vez mais limitada para lidar com os desafios da província. As tentativas de implementar projetos de desenvolvimento, reabilitar estruturas, construir postos de saúde, salas de aula e algumas escolas nos distritos são altamente dispendiosas para além do risco contínuo de que os grupos armados destruam novamente estas infraestruturas.

Para António Sandramo<sup>34</sup>, antropólogo e bispo da Diocese de Pemba, o prolongamento do conflito também tem levado as pessoas a uma perspetiva de sobrevivência imediata, vivendo no presente para "salvar a pele", em vez de pensar a médio e longo prazo. *“Isso não é benéfico para o desenvolvimento de um povo, de uma sociedade ou até de uma família.”* Este comportamento não afeta apenas a população, mas também o governo e as organizações não-governamentais, que acabam por trabalhar de forma reativa, sem uma visão de futuro, uma vez que este torna-se incerto.

Outro impacto evidente na população é o trauma resultante das fugas e das experiências nas comunidades de acolhimento. Muitas famílias foram separadas dos seus entes queridos, além de ficarem marcadas pelas ações bárbaras que testemunharam e sofreram, o que gerou sequelas psicológicas terríveis. Apesar de existirem vários projetos de apoio psicossocial promovidos por organizações, o rácio de psicólogos por pessoa traumatizada é muito baixo, não conseguindo atender à elevada necessidade de suporte psicológico. *“Não há psicólogo que agente mais de 10.000 pessoas e ir cuidando de cada uma delas para fazer o devido acompanhamento. Foi e está a ser extremamente difícil e traumatizante”*, afirma a administradora do distrito de Montepuez, Isaura Máquina<sup>35</sup>.

Alfredo Luís<sup>36</sup>, deslocado interno há 4 anos, relata a experiência da sua família: *“quando entraram (o grupo armado) na nossa aldeia, saímos para o mato e não voltamos mais, porque eles também não saíam da aldeia. Nós passamos pelo mato a caminhar e dormir por cerca de três dias, até sair numa aldeia chamada Nova Zambézia, no distrito de Macomia. Ali ficamos a descansar alguns dias e saímos a pé de novo, até a sede de Macomia.*

*Quando chegamos a Macomia, esperamos o salário de antigos combatentes<sup>37</sup>... quando meu velhote pegou o salário, conseguimos um transporte, só nós, sem nada,*

---

<sup>34</sup> António Juliasse Ferreira Sandramo, moçambicano, formado em teologia pela Universidade Católica de Portugal, em antropologia pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte).

<sup>35</sup> Isaura Máquina, moçambicana, administradora do distrito de Montepuez desde 2019. Antiga administradora da Cidade de Pemba e ex-diretora da Universidade do Lúrio (Unilurio).

<sup>36</sup> Alfredo Pedro Luís, deslocado interno natural da aldeia Miangalewa, no distrito de Muidumbe. Desde que saiu de sua aldeia há 4 anos está a viver em Pemba, no bairro de Mahate, com sua família em uma casa alugada.

<sup>37</sup> Pensão distribuída mensalmente aos antigos combatentes da Guerra de Independência.

*porque nossas coisas deixamos em casa e as duas casas estavam queimadas. Saímos de Macomia de carro até chegarmos a Pemba e quando chegamos cá em Pemba, desde aquele dia até hoje, ainda não pisamos lá.”*

Nos agregados familiares deslocados internos, as atividades geradoras de rendimentos são adaptadas à situação de deslocação, englobando trabalhos ocasionais e apoio de amigos, familiares ou das organizações e agências presentes no terreno. Este grupo depende frequentemente mais da assistência humanitária, seja sob a forma de alimentos, dinheiro em troca de trabalho ou outro apoio de ONG/caridade (WFP, 2024:9). Isto tem vindo a refletir os desafios enfrentados na manutenção de fontes de rendimento estáveis devido à deslocação.

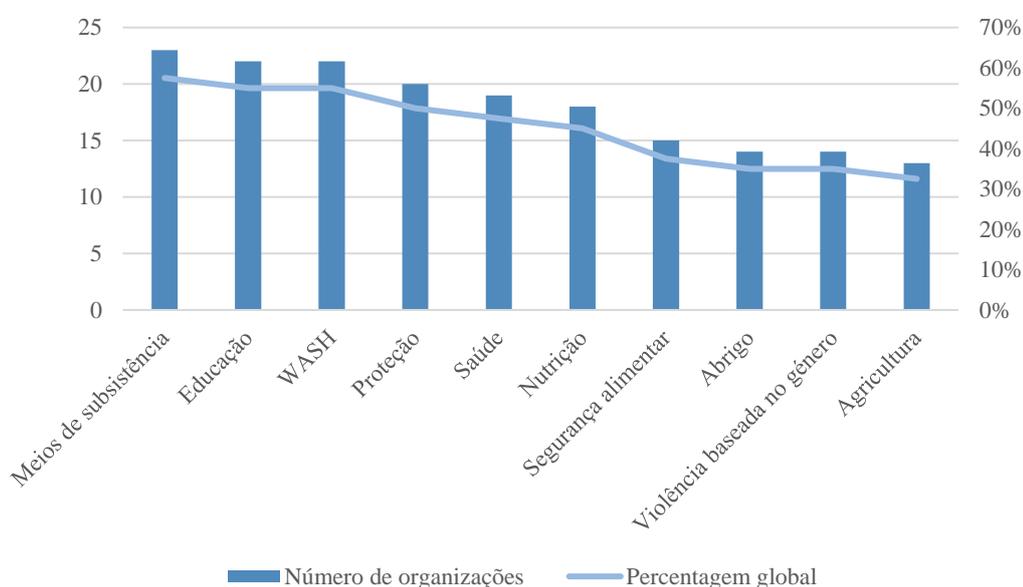
Diante desta situação, o futuro tem sido a principal preocupação entre as PDI. Para além das questões relacionadas com a alimentação, entre os inquiridos, muitos expressam a necessidade de ter uma casa própria, ou receber terrenos e materiais para construção de habitações, bem como a criação de condições de subsistência a longo prazo, como a criação de pequenos negócios. Relativamente aos centros de reassentamento, as preocupações centram-se nas condições das infraestruturas: *“como já nos foi dado espaço pelo governo, seria bom as ONG virem construir casas para nós. Estamos a passar mal. Pior ainda nesse tempo de chuva com essas casas não melhoradas. E a comida não deve faltar porque é a base para a população viver dia após dia”*, afirma o inquirido A.

#### **4.2. Os impactos na ação humanitária**

Os ataques e os rumores a eles associados geram ondas de pânico e a movimentação inesperada de dezenas de milhares de pessoas. Como resultado, há uma pressão significativa sobre a assistência humanitária, tanto em termos de segurança dos seus colaboradores, como na prestação de apoio às populações e na implementação dos projetos. Durante os inquéritos, quando questionados sobre se o conflito afetou a implementação de projetos na província, todos os inquiridos responderam afirmativamente. As razões apontadas incluem a interrupção das atividades devido a ataques próximos ou nos próprios locais dos projetos, a necessidade de mudar os locais de implementação, a alteração da abordagem de desenvolvimento para intervenção humanitária, o aumento dos custos e os atrasos nas atividades.

Quando ocorrem ataques nos distritos onde os projetos estão a ser implementados, as atividades precisam de ser interrompidas e a região passa a ser considerada demasiado insegura durante semanas ou até meses e, em alguns casos, a localização dos projetos tem de ser completamente alterada. Além disso, as organizações relatam que a coordenação humanitária ainda não está suficientemente organizada para fornecer informações oficiais rápidas e específicas sobre determinadas zonas, resultando na interrupção prolongada das atividades e na consequente ineficácia da intervenção. Como consequência, em 2023, alguns distritos como Muidumbe e Meluco, tiveram pouca cobertura humanitária com um alcance de apoios bem abaixo do previsto<sup>38</sup> (OCHA, 2023:1).

Mesmo apesar das limitações, a diversidade de intervenções e a presença de múltiplos atores garantem que todos os distritos da província sejam cobertos por alguma organização e/ou agência da ONU. As inúmeras necessidades geraram respostas variadas em diferentes setores, com várias organizações a implementar projetos simultaneamente em distintas áreas de atuação. Conforme demonstrado no gráfico a seguir, as atuais medidas de desenvolvimento têm-se destacado, principalmente nas áreas de meios de subsistência (57,5%) e educação (55%).



**Gráfico 2:** Áreas de atuação das organizações inquiridas. Gráfico de elaboração do autor.

<sup>38</sup> Muidumbe com 32% de cobertura e Meluco 42%.

A presença das organizações também tem servido como uma fonte significativa de emprego para a população local e nacional. As 37 organizações que responderam sobre o número de trabalhadores nacionais, empregam aproximadamente 1847 moçambicanos. A Organização Internacional para as Migrações (OIM), por exemplo, emprega cerca de 300 trabalhadores, seguida pela ONG francesa Solidarités International com aproximadamente 150, e a fundação italiana AVSI com 120.

A ampla cobertura das ações também se traduz na vida das PDI. Antes do conflito, apenas três pessoas entre os inquiridos haviam participado ou beneficiado de algum projeto de ONG ou outra organização. Atualmente, 93% já receberam alguma forma de ajuda das organizações<sup>39</sup> que incluem distribuição de alimentos, materiais para construção como paus e lonas, vestuário, produtos de higiene, apoio psicossocial, baldes e documentação.

Com a chegada de novas organizações, também aumentou o número de trabalhadores expatriados. As 29 organizações que responderam a esta questão relataram um total de 247 estrangeiros a residirem e trabalharem na província. A maioria dessas pessoas está situada na Cidade de Pemba, destacando um novo impacto para a cidade: *“Pemba se tornou a cidade mais cara do país, o que prejudica a vida social dos que estão cá e que empobreceram cada vez mais do que enriquecer com isso. Enriqueceram os senhorios, os agentes da restauração, da hotelaria e também do comércio - que são a maioria indianos, paquistaneses, e poucos outros moçambicanos - que fazem o comércio das lojas com comidas. As comidas subiram muito”*, afirma António Sandramo, bispo de Pemba. Por exemplo, até ao final de dezembro de 2023, 1kg de açúcar era vendido a 1,11/1,26 USD, mas desde janeiro o preço subiu para entre 1,42 e 1,74 USD, representando um aumento entre 20% e 38% (WFP, 2024:1).

### **4.3. Os impactos nos distritos**

Em 2021, o levantamento do impacto nas estruturas da província realizado pelo Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) revelou a destruição de cerca de 4.965 empresas de micro, pequenas e médias dimensões, com prejuízos estimados em cerca de

---

<sup>39</sup> Principalmente através dos vouchers do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) (75%).

US\$681,66 milhões (República de Moçambique, 2021:9). Além disso, verificou-se a vandalização de milhares de casas, escolas (348 do ensino primário e 8 do ensino secundário), unidades de saúde (destruição total de 10, destruição parcial de 29 e vandalização de 39), estradas, redes elétricas e de comunicação, transportes, turismo (destruição de 32 estabelecimentos de alojamento) e restauração (República de Moçambique, 2021:7).

De acordo com o levantamento, desde o início do conflito em 2017, o desempenho económico da província desacelerou significativamente, impactando o PIB per capita da região e afetando, conseqüentemente, o desempenho da economia do país em geral (República de Moçambique, 2021:9).

Em Pemba, a chegada de milhares de pessoas que procuraram refúgio transformou profundamente a cidade. Os entrevistados sublinham o impacto evidente, não só no aumento da população e dos preços, como já mencionado anteriormente, mas também no agravamento da situação de pobreza dos seus habitantes. Muitas pessoas provenientes do interior da província chegaram a cidade enfrentando dificuldades significativas de adaptação à vida urbana. Estas pessoas, frequentemente, não sabem sequer atravessar ruas e muitas não falam português ou a língua da etnia predominante na cidade, o macua, o que exacerba a barreira linguística e social. Como resultado, tem-se verificado um aumento no número de furtos, de crianças a pedirem esmolas à porta dos supermercados e uma evasão escolar cada vez mais agravante, evidenciando a precariedade em que estas famílias se encontram.

O afluxo deste grande número de pessoas levou a população local a acolher as PDI em suas casas e quintais, salvaguardando milhares de vidas. *“Números como 20 pessoas numa casa, e ninguém que vive de salário mínimo consegue sustentar 20 pessoas que de repente chegam, mas, por causa dos laços étnicos e dessa solidariedade, estas pessoas não morreram; sobreviveram com dificuldades, mas tiveram pelo menos alguma coisa para sobreviver”* (António Sandramo).

Com exceção de Pemba, que ainda mantém uma certa segurança, os restantes distritos da província continuam a enfrentar instabilidade, agravada pelas condições de pobreza preexistentes e pela falta de infraestrutura e serviços básicos, o que intensifica ainda mais os impactos do conflito. As más condições das vias de acesso, a escassez de

meios de transporte, a fraca cobertura das redes de telecomunicações, os cortes constantes de energia, dificuldades de acesso à água, precariedade das residências e das condições de saúde contribuem para o profundo isolamento e fragilidade das PDI.

A crise na província manifesta-se também em problemas como a falta de habitação e desemprego. Embora 70% dos inquiridos estejam deslocados há mais de quatro anos, 55% vivem em centros de reassentamento e 27,5% com famílias de acolhimento<sup>40</sup>. Apenas uma pessoa vive em casa própria, enquanto as restantes vivem de aluguer (quatro pessoas) ou em casas emprestadas (duas pessoas). Além disso, nenhum conseguiu emprego nos seus locais de acolhimento. Antes do conflito, apenas 5% (duas pessoas) viviam de trabalho assalariado, enquanto os restantes sobreviviam principalmente da produção de machambas (60%), pesca (25%) e pequenos negócios (10%).

Os entrevistados relatam dificuldades em competir devido ao nepotismo e clientelismo, tanto a nível empresarial como nas distribuições e vagas para participar em projetos de desenvolvimento das ONG. *“Aqui em Cabo Delgado, é muito difícil conseguir emprego. É fácil para aqueles que têm conhecidos nos lugares de poder. Mas para alguém sem esses contactos, como eu, é muito difícil. Às vezes, aparecem vagas em empresas ou no Estado, mas quando você se candidata, aqueles com conhecidos no poder já ocuparam essas vagas. Você submete o documento, mas acaba reprovado. (...) Nos projetos, principalmente na sede, no Posto Administrativo do Bairro, costumam aparecer muitas vagas, mas o problema é o mesmo. Quando não se tem pessoas que estão perto daqueles ali (as autoridades locais), eles é que são as primeiras pessoas a receberem as vagas. Eles passam a convidar irmãos, primos... e você que vai ali submeter porque viu a vaga, mas sem ter contato com alguém que está lá perto, acaba por perder”* (Alfredo Luís, PDI entrevistado).

Em Montepuez, a administradora do distrito, Isaura Máquina, descreve a transformação do distrito e a gestão do acolhimento de milhares de famílias que chegaram em meados de 2020/2021, após o ataque a Mocímboa da Praia, em agosto de 2020. O desafio revelou-se *“extremamente complicado”*, dado que a capacidade de resposta do

---

<sup>40</sup> Os 40 inquiridos são provenientes de 7 distritos da província (Chiure, Macomia, Meluco, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Palma e Quissanga), porém concentram-se em apenas 4 distritos (Chiure 7,5%, Metuge 10%, Montepuez 45%, Pemba 37,5%)

distrito era limitada e não havia orçamento suficiente para tal. *“O distrito recebeu cerca de 100.000 pessoas que se distribuíram por todos os postos administrativos, mas as nossas redes de saúde, educação, vias de acesso e distribuição de água permaneceram inalteradas após a chegada dessa gente”*, relata Isaura. Tal pressão causou a rutura de todos os sistemas: as unidades de saúde enfrentaram desafios ainda maiores; as escolas, já superlotadas, passaram a ter mais crianças a estudar fora das salas de aula, debaixo das árvores; e o consumo de água potável tornou-se ainda mais difícil.

Isaura sublinha que a presença das organizações humanitárias foi essencial para lidar com a situação. A solução encontrada foi a construção de centros de reassentamento, uma ação na qual o distrito de Montepuez foi pioneiro. Atualmente, todos os postos administrativos possuem centros de reassentamento. *“Neste momento, temos cerca de 23 aldeias de acolhimento. Todas elas foram criadas ao lado de aldeias existentes, expandindo-as. Usamos todas as infraestruturas sociais existentes para beneficiar as novas famílias, que passaram a usufruir dos serviços sociais dessas aldeias.”*

Giulia Moro<sup>41</sup>, trabalhadora humanitária e vice-coordenadora do cluster de proteção em Cabo Delgado, explica que a realidade dos centros de reassentamento varia significativamente entre os distritos, com alguns centros mais novos, com cerca de um ano, e outros estabelecidos desde 2021. Esta diversidade deve-se, em parte, às diferentes administrações distritais e aos seus planos institucionais. Em alguns distritos, opta-se por integrar os deslocados no sistema administrativo do distrito, reconhecendo esses centros como reassentamentos mais duradouros.

Os centros de reassentamento tornaram-se um foco importante para as ações das organizações humanitárias e hoje, em muitos casos, oferecem serviços mais especializados do que os disponíveis anteriormente nos distritos, o que se tem tornado uma ameaça aos equilíbrios sociais e o papel das instituições e estruturas locais.

Embora a criação dos centros de reassentamento tenha sido uma solução para o acolhimento das PDI, entrevistados afirmam que não foi feito um mapeamento adequado para garantir as condições ideais de adaptação das PDI. *“Não se observou quem era quem*

---

<sup>41</sup> Giulia Moro, italiana, vice-coordenadora do cluster de proteção em Cabo Delgado desde abril de 2024, trabalha na área de proteção para a ONG italiana Helpcode. É antropóloga, formada em história e mestre em Jornalismo e Cooperação Internacional.

*naquele processo de deslocamento: havia pescadores, agricultores, avicultores... e não se considerou este ponto de vista. Uma pessoa que sempre viveu numa zona costeira não faz sentido ser levada para uma zona onde precisará viver da agricultura. Não se fez o trabalho de mobilização das comunidades e consulta pública, para perceber o que de fato deveria consistir a assistência humanitária. Assistiu-se muito à distribuição de alimentos, kits de primeira necessidade, e depois disso, as pessoas foram criando respostas no meio de tanto caos e incerteza”, destaca Zuheb Abibo (coordenador do Focade). O perfil dos inquiridos comprova esta afirmação: dos 10 inquiridos que se sustentavam da prática da pesca, apenas 2 encontram-se em distritos com acesso ao mar. E dos 24 que se sustentavam de machambas, 9 estão na Cidade de Pemba, onde não há espaço para agricultura.*

A diminuição dos fundos humanitários é também uma preocupação unânime entre os entrevistados e os "vícios" deixados pela ajuda humanitária manifestam hoje o desafio de fazer uma transição eficaz para a fase de desenvolvimento. As comunidades habituaram-se a receber apoios e hoje demonstram menos disposição para buscarem alternativas de autossustentabilidade. Mesmo com as formações e iniciativas de autoemprego realizadas pelas organizações, tem-se tido pouco sucesso. *“Fizemos muitas formações de jovens para se auto-empregarem e algumas distribuía kits: se era alfaiate, conseguiam uma máquina de costura; se era carpinteiro, conseguiam um kit de carpintaria; se era pedreiro, conseguiam um kit de pedreiro; se era serralheiro, conseguiam um kit de serralheiro. Grande parte desses jovens foi vendendo os kits, pensando que haveriam de voltar a receber ou que não precisariam de se sustentar porque tinham estas doações. Esta mentalidade está a criar nas comunidades uma revolta – não sei com quem, mas cria alguma revolta – de se pensar que estávamos bem com o conflito porque recebíamos o que quiséssemos”, afirma Isaura Máquina.*

Com as novas reestruturações geográficas e sociais dos distritos, um dos maiores desafios atuais é a saída sustentável das organizações humanitárias. Na província, a resposta humanitária começou a dar lugar ao desenvolvimento e reconstrução, com os fundos destinados à assistência humanitária a diminuir progressivamente. No entanto, os

novos ataques no primeiro semestre de 2024<sup>42</sup> alteraram novamente as dinâmicas de intervenção, apesar de os fundos e estratégias não conseguirem ser adaptados com a mesma rapidez.

Além disso, é difícil determinar o momento certo para essa transição e a forma adequada de transferir as ações para o Estado. A retirada das organizações pode deixar áreas sem os serviços anteriormente oferecidos, devido à falta de capacidade institucional para cobrir todas as atividades ou à divergência na compreensão dos serviços mínimos a serem garantidos entre a resposta institucional e a cooperação humanitária. As ações de emergência na província trouxeram uma série de serviços à população que anteriormente não existiam, dificultando hoje a distinção entre o que foi efetivamente consequência do conflito e o que já eram debilidades das instituições governamentais. Além disso, a instabilidade do conflito e as constantes vagas de deslocamento aumentam a incerteza e a necessidade de reajustes por parte das organizações internacionais, perpetuando a ajuda humanitária e dificultando o avanço das iniciativas de desenvolvimento.

#### **4.4. Ajuda Alimentar**

Como forma de colmatar as necessidades primárias dos PDI, a distribuição alimentar tem sido organizada através da distribuição de cheques ou “vales de troca”, cuja modalidade varia nos campos de reassentamento de acordo com a realidade de cada um<sup>43</sup>. Esses cheques, além de serem temporários, são válidos apenas para a compra de determinados itens alimentares (Alberdi et al., 2023:35). Entretanto, esta modalidade, supostamente controlada pelo governo e pelas agências humanitárias, ainda é objeto de muita crítica entre os entrevistados por não levar em consideração a diversidade de situações em que vivem as PDI, além de reforçar a dependência das famílias e práticas assistencialista anteriormente mencionadas. *“As pessoas acabaram por ficarem acomodadas e não viram necessidade de produzir porque sabiam que ao final do mês teriam o cheque com um certo valor e que conseguiam sobreviver com aquilo”* (Zuheb Abibo, coordenador do Focade).

---

<sup>42</sup> O ataque em Chiure fevereiro de 2024 resultou no deslocamento de mais de 49 mil pessoas. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-nampula-niassa-humanitarian-snapshot-april-2024-enpt> [Consultado em: 30/06/2024]

<sup>43</sup> Em alguns casos, é também realizada a distribuição direta de alimentos (Alberdi et al., 2023:35).

Desde o início de janeiro de 2024, o poder de compra das famílias que dependem de alimentos dos mercados locais diminuiu drasticamente em comparação com o início de 2023. Esta queda deve-se aos preços elevados dos alimentos básicos, resultado do conflito prolongado e de uma colheita abaixo da média na última época agrícola. Tornou-se mais caro cobrir as necessidades essenciais, especialmente após a Autoridade Tributária de Moçambique começar a cobrar Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre itens básicos como açúcar, óleo alimentar e sabão (WFP, 2024:1).

Além disso, os níveis gerais de insegurança alimentar entre as PDI e não deslocadas durante o período de escassez continuam elevados. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos (PMA)(WFP, 2024), a prevalência média não ponderada da insegurança alimentar na província de Cabo Delgado é de 66%, quase 30 pontos percentuais mais alta do que na última época pós-colheita (37%). Nos distritos de Mocímboa da Praia, Mueda, Namuno, Chiure e Balama, os níveis de insegurança alimentar são ainda mais preocupantes, com prevalência acima de 85%. Com exceção de Mueda e Chiure, esses distritos apresentam índices alarmantes, onde mais de 20% dos PDI relatam um consumo alimentar extremamente baixo, pobre e limítrofe (WFP, 2024:1).

A crise em Cabo Delgado levou o PMA a aumentar as suas intervenções de assistência alimentar de alguns milhares de beneficiários para mais de 1,2 milhões de pessoas. Em resposta ao nosso inquérito, a agência afirma que, atualmente tem respondido às necessidades mais urgentes de segurança alimentar e nutrição em Cabo Delgado, ao mesmo tempo em que aumenta o seu portfólio de intervenções de reforço da resiliência e de apoio aos meios de subsistência.

O Boletim de Segurança Alimentar e Nutricional de Cabo Delgado, emitido em fevereiro de 2024, reconhece que há uma necessidade cada vez mais urgente de implementar programas estratégicos de reserva alimentar que se concentrem tanto na ajuda imediata quanto no desenvolvimento de práticas sustentáveis para manter reservas alimentares a longo prazo (WFP, 2024:8). Entretanto, as entrevistas constataam desafios nos recentes projetos de desenvolvimento que preveem distribuição de insumos agrícolas. As organizações têm enfrentado problemas com fornecedores, sendo relatadas

distribuições de sementes inférteis e não certificadas pelo Instituto de Cereais de Moçambique.

Os desafios supramencionados, juntamente com a redistribuição geográfica de pessoas pela província e a alta dependência das distribuições humanitárias, afetam drasticamente a autossustentabilidade alimentar das famílias. Em uma província onde a sobrevivência depende predominantemente da agricultura familiar, surgem novos obstáculos. *“Nós tivemos muita fome e ainda temos. As organizações poderiam fazer alguma coisa para ter comida para minha família. Qualquer coisa, pesca ou machamba. Já agradeço o que recebi, mas preciso alimentar minha família”*, reivindica o inquirido B residente em Pemba. *“Eu hoje não tenho machamba, não tenho como ajudar a minha família, temos fome. Por isso, além de comida eu queria poder ter a minha machamba, ter um lugar onde fazer a machamba para não ter que precisar pedir”*, relata o inquirido C que vive em família de acolhimento, também no distrito de Pemba.

#### **4.5. Assistência em saúde**

Em 2024, o cluster de saúde tem atuado em estreita coordenação com os clusters de WASH, Nutrição e outros setores relevantes. A intervenção abrange todos distritos de Cabo Delgado (17), 15 em Nampula e 4 em Niassa, regiões afetadas pelo conflito, tendo em vista o alcance de cerca de 950 mil pessoas necessitadas de assistência de saúde devido à crise. O objetivo é fornecer serviços de saúde de emergência, tanto preventivos quanto curativos, de forma gratuita, através de pacotes integrados de cuidados de saúde primários, com ênfase em intervenções de alto impacto, como a vacinação e o tratamento das doenças mais comuns. Para apoiar os parceiros na linha da frente, pretende-se fortalecer um canal de saúde de emergência, garantindo que os kits estejam disponíveis e sejam de fácil acesso (Health Cluster, 2024:1-8).

No entanto, com um financiamento necessário de aproximadamente 21,1 milhões de dólares, apenas 17,5% desse valor foi alcançado<sup>44</sup>. Atualmente, das 144 unidades de saúde existentes na província, 13 estão fora de funcionamento e 20 necessitam de reabilitação (Health Cluster, 2024:9). Além das degradações, as unidades sanitárias mais antigas encontram-se com problemas de limpeza e infiltração, sendo ocasionalmente

---

<sup>44</sup> Ver Tabela 1.

reparadas por organizações humanitárias. Muitas destas unidades não possuem um sistema adequado de gestão de resíduos hospitalares, sendo estes frequentemente enterrados ou incinerados, representando um risco à saúde pública (Feijó, 2024:6).

De acordo com o Boletim do Cluster de Saúde de abril de 2024, a falta de fundos constitui um dos principais desafios em Cabo Delgado juntamente com a insegurança contínua que afeta o acesso e a prestação de cuidados essenciais e impede o funcionamento das instalações, tanto pela falta de segurança quanto pelas depredações. Ainda assim, os parceiros em conjunto com o governo, têm oferecido diversas respostas, desde o fornecimento de medicamentos até o apoio psicossocial (Health Cluster, 2024:9).

A movimentação populacional causada pela nova onda de ataques em 2024 aumentou significativamente estes desafios, elevando o risco de disseminação de cólera devido às condições de vida precárias e ao acesso restrito a serviços de saúde, água e saneamento (Health Cluster, 2024:9). Segundo o PMA, cerca de metade da população em Cabo Delgado não tem acesso a água potável melhorada, embora o acesso varie consideravelmente entre os distritos (WFP, 2024:10). O surto de cólera e conjuntivite (bacteriana e hemorrágica) no início de 2024 levou à mobilização de 302 equipas de Brigadas Móveis Integradas (BMI), destacadas para atender a população afetada em áreas de difícil acesso e locais de reassentamento, alcançando, somente no mês de abril, cerca de 27.792 beneficiários (Health Cluster, 2024:9-11).

Apesar disso, muitas unidades sanitárias nos distritos mais afetados continuam a operar em tendas e enfrentam dificuldades para formar BMI para atender os pacientes. Frequentemente, os doentes são obrigados a recorrer ao hospital rural da sede distrital. Devido às grandes distâncias, à má qualidade das vias de acesso, à falta de operadores de transporte e aos elevados custos, muitos pacientes chegam em estado crítico (Feijó, 2024:7). Os movimentos de deslocação dentro da província dificultam ainda mais os acessos aos serviços de saúde, um problema igualmente sentido pelos inquiridos nos centros de reassentamento: *“era importante a construção de um centro de saúde próximo ou no próprio centro de reassentamento”*, reitera o inquirido D, residente num centro de reassentamento no distrito de Montepuez.

A situação é nitidamente mais crítica nas áreas mais afetadas pelo conflito, onde, para além dos desafios mencionados, os profissionais de saúde têm um grande receio de

retornar, resultando no encerramento das unidades sanitárias antes do horário previsto. Devido à insegurança e aos problemas nas vias de transporte, os recursos para o trabalho são escassos e o acesso a medicação é ainda mais complexo, estando quase sempre disponíveis apenas os fármacos essenciais<sup>45</sup>. Muitos medicamentos acabam por ser vendidos nos mercados informais, presumivelmente desviados dos hospitais (Feijó, 2024:6).

No que diz respeito ao apoio psicossocial, organizações tem desempenhado um papel primordial para ajudar as famílias a lidar com os traumas causados pelo conflito, oferecendo acompanhamento contínuo e espaços de escuta e acolhimento. *"Gostava de que continuasse o trabalho de apoio psicossocial que as organizações têm feito com a minha família"*, afirma o inquirido E.

#### **4.6. Assistência à educação**

Cabo Delgado é a província moçambicana onde a educação enfrenta os maiores desafios, apresentando uma taxa de analfabetismo de 60,7% (República de Moçambique, 2021:10). Diversos fatores contribuem para essas dificuldades, sendo o conflito um dos principais elementos a agravar a situação. O aumento do número de alunos e das necessidades educativas, juntamente com a redução do orçamento das escolas, tem dificultado a situação. No ano letivo de 2023, apenas a primeira transferência de verbas do programa de apoio direto às escolas foi realizada, e um mês após o início de 2024, ainda não tinha sido distribuída a verba prevista para o ano letivo em curso, sabendo-se que o montante será inferior ao do ano anterior (Feijó, 2024:4).

António Sandramo, bispo da Diocese de Pemba, afirma que *"o conflito não só perpetua como também agrava os problemas existentes, como a falta de acesso à educação escolar. Muitas crianças não têm acesso à escola e, quando têm, frequentemente perdem grande parte do ano letivo devido à insegurança. Isto resulta numa diminuição da qualidade da educação"*.

Não obstante os efeitos negativos já desencadeados pelas restrições ao ano escolar durante a pandemia de Covid-19 em 2020, somados às imprevisibilidades das

---

<sup>45</sup> Como quatem, paracetamol, amoxicilina, cotrimoxazol e antidiarreicos (Feijó, 2024:6).

deslocações, conforme mencionado anteriormente por António Sandramo, a população deslocada é a que mais sofre com o fraco e instável acesso à educação: “*eu quero que meus filhos estudem... eu não estudei, mas quero que eles estudem para poder sair daqui*”, lamenta o inquirido F. A frustração das PDI face à educação evidencia a persistência de barreiras significativas, onde o desejo de garantir um futuro melhor para as próximas gerações colide com a realidade de um sistema educativo debilitado pelas circunstâncias de insegurança, subfinanciamento e falta de condições básicas. Entre os inquiridos, por exemplo, nenhum possui ensino superior e 50% não concluíram o ensino secundário (o inquirido mais jovem tem 22 anos), fatores que, a situação de deslocamento e incerteza tendem a agravar.

De acordo com o PRCD, em 2021, o conflito levou à destruição de 348 escolas primárias e 8 secundárias, à perda de material didático e ao encerramento de dois institutos técnicos (República de Moçambique, 2021:1). Atualmente, segundo o diretor provincial de educação, Ivaldo Quincardete, 157 escolas estão temporariamente encerradas, de um total de 978 na província. Os distritos de Chiure e Macomia, severamente afetados pelos ataques de 2024, têm o maior número de escolas encerradas<sup>46</sup>.

O acúmulo de alunos em determinadas zonas comparadas às outras faz com que, nos locais mais seguros, como Pemba, e nas comunidades de acolhimento, as salas de aula estejam sobrelotadas e sem condições mínimas para um bom desempenho do professor, afetando a aprendizagem e dificultando o acompanhamento dos estudantes (Feijó, 2024:3). A cada nova vaga de deslocamentos, este cenário se agrava, uma vez que, devido à situação, a indicação que as escolas da província recebem é de que se aceite matrículas de PDI (ainda que sem documentação pessoal ou escolar) até o primeiro e segundo trimestres do ano letivo<sup>47</sup>, fator que leva ao abandono escolar e atraso ou adiantamento de ciclo.

Embora o ano letivo de 2024 tenha começado com a reabertura de 82 escolas nos distritos de Muidumbe, Meluco, Nangade, Quissanga, Palma e Mocímboa da Praia, alguns destes ainda enfrentam focos de ataques (Carta de Moçambique, 2024). Além

---

<sup>46</sup> 40 em Chiure e 35 em Macomia. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/lusa/cabo-delgado-mais-de-150-escolas-estao-temporariamente-encerradas\\_n1555174](https://www.rtp.pt/noticias/lusa/cabo-delgado-mais-de-150-escolas-estao-temporariamente-encerradas_n1555174) [Consultado em: 05/07/2024]

<sup>47</sup> Informações pessoais do autor.

disso, a contratação de professores não tem acompanhado o crescimento demográfico estudantil, tanto natural quanto migratório, nem compensado a mortalidade e abandono de professores (Feijó, 2024:4). Em 2024, estima-se um déficit de 496 professores para todos os níveis de ensino, uma vez que o Ministério da Educação contratou apenas 236 docentes dos 732 necessários. As novas decisões do Ministério ainda ordenam que, professores que se refugiaram na Cidade de Pemba devido aos ataques regressem às suas escolas de origem nos distritos afetados (Carta de Moçambique, 2024).

Diante de tantos desafios, cabe às organizações humanitárias tentar colmatá-los. Em 2023, a meta do PRH era alcançar 235.598 crianças e jovens na província, de um total de 359.615 em necessidade, e, de acordo com o relatório do cluster de educação de abril de 2024, 104% desta meta foi alcançada (Education Cluster, 2024:2). Os projetos consistiram principalmente na distribuição de lanches e kits de materiais escolares, na reabilitação de salas de aula e na construção de casas de banho segregadas por género (Education Cluster, 2024:8).

Ao longo de tantos anos de conflito, a população de Cabo Delgado tem enfrentado impactos devastadores a vários níveis, que transformaram profundamente a vida de suas comunidades locais, exacerbando a precariedade e a dependência da ajuda humanitária. Este capítulo demonstrou os desafios enfrentados pelas PDI e a pressão sobre as infraestruturas de saúde, educação e subsistência, destacando a resposta insuficiente dos serviços disponíveis. Embora as organizações humanitárias desempenhem um papel crucial na assistência imediata, a crescente dependência da ajuda externa e a falta de soluções sustentáveis para a reabilitação e desenvolvimento evidenciam a necessidade urgente de transição. A criação de centros de reassentamento emergiu como uma solução temporária, mas a sua gestão inadequada, combinada com a falta de integração das especificidades das PDI, tem dificultado a adaptação das famílias. Sem uma abordagem coordenada que envolva a capacitação local e o reforço das estruturas governamentais, será difícil alcançar a autossuficiência das comunidades e garantir um futuro estável para a região.

## 5. RECOMENDAÇÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

A atual situação em Cabo Delgado bem como as dinâmicas de resposta tem provocado uma reconfiguração territorial e demográfica na província, resultando no deslocamento de centenas de milhares de pessoas e na sua saída dos meios de subsistência tradicionais. Passados quase 7 anos de conflito, os desafios permanecem significativos fazendo-se sentir poucos avanços em direção à sua resolução.

Neste capítulo, apresentam-se recomendações aos atores de ajuda humanitária e ao Estado para uma abordagem mais eficaz e integrada na resolução do conflito e na mitigação dos seus impactos. São abordadas estratégias para fortalecer a cooperação entre os diferentes atores envolvidos, melhorar a resposta às necessidades imediatas das populações afetadas e promover a reconstrução e desenvolvimento sustentável da região. Estas recomendações incluem a implementação de medidas para garantir a segurança, aumentar a eficácia das intervenções humanitárias, fortalecer a participação local nos processos de decisão e planeamento, e assegurar a coesão social e económica das comunidades deslocadas e de acolhimento.

### *5.1. Aos atores de ajuda humanitária*

Diante das atuais iniciativas de reconstrução e desenvolvimento, mesmo num cenário de incertezas, o processo de reabilitação deve servir como uma ponte entre as ações de emergência a curto prazo e as estratégias de desenvolvimento a longo prazo. O objetivo é estabelecer as bases necessárias para o desenvolvimento, aproveitando a experiência e os resultados obtidos com o trabalho de emergência realizado (Armiño, 1997:27).

Nesta perspetiva, a abordagem "triplo nexo" visa à integração de esforços humanitários, de desenvolvimento e de paz em resposta a crises complexas visando não apenas abordar as necessidades imediatas das populações afetadas, mas também promover soluções de longo prazo que possam contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável. Abordagens meramente pontuais e locais tem demonstrado um impacto limitado e, frequentemente, não conduzem a mudanças estruturais, pois omitem os contextos mais amplos (Alberdi et al., 2023:63). A curta duração dos projetos tem comprometido a obtenção de resultados sustentáveis e dificulta a transição de uma abordagem de emergência para uma de desenvolvimento. Projetar iniciativas a longo

prazo permite um acompanhamento mais próximo e um apoio contínuo às comunidades e parceiros locais, possibilitando a realização de vários projetos inter-relacionados (Armiño, 1997:157).

A paz duradoura em Cabo Delgado requer ainda uma abordagem holística que envolva todos os setores da sociedade. Isso inclui abordar as causas subjacentes do conflito, como a marginalização econômica e a falta de oportunidades, ao mesmo tempo em que se constrói a resiliência das comunidades e se promove a reconciliação (Armiño, 1997:165).

É crucial implementar abordagens e ações que satisfaçam simultaneamente as necessidades imediatas e restaurem a dignidade, os meios de subsistência e a tranquilidade das comunidades afetadas. Estas estratégias devem ser integradoras, abordando as carências tanto das PDI como das comunidades de acolhimento (Alberdi et al., 2023:24). As constantes e imprevisíveis vagas de deslocação estão a criar tensões com as comunidades locais, que recebem milhares de pessoas durante a noite, sem aviso prévio. Os projetos devem ser concebidos e desenvolvidos de forma a beneficiar tanto as comunidades de acolhimento como as PDI, minimizando quaisquer tensões entre os dois grupos (Miller & Wood, 2024:13).

Uma solução viável é a promoção da participação local nos projetos, abrangendo planeamento, gestão, coordenação, acompanhamento e avaliação. Tanto as autoridades administrativas como as autoridades tradicionais e a população devem estar envolvidas, garantindo que os projetos sejam desenhados e executados com base nas suas necessidades e expectativas. Isso promoverá um sentimento de pertença e facilitará a sustentabilidade dos mesmos (Armiño, 1997:166). Para fortalecer essa abordagem, é importante incluir a participação das PDI e criar conselhos locais de PDI que ajudem no planeamento, coordenação e logística das respostas humanitárias (Miller & Wood, 2024:6).

Os fatores de extremismo e as tentativas de recrutamento de jovens para a insurgência, muitas vezes em troca de valores monetários (20 mil meticais, cerca de 288 EUR), continuam a ocorrer (Feijó, 2023:5). Devido à elevada taxa de desemprego, às interrupções na educação e às limitadas oportunidades de emprego na região, os jovens estão particularmente vulneráveis ao risco de serem atraídos para a insurreição. É

fundamental prestar uma atenção redobrada à coesão social, ao envolvimento dos jovens nas questões de paz e segurança, bem como à promoção da tolerância religiosa e étnica (Lucey & Patel, 2022:7).

Os atuais projetos de desenvolvimento devem ir além do empreendedorismo e do desenvolvimento de competências, integrando a ampliação das redes e associações de jovens e aprimorando a interação entre os jovens, os líderes locais e os altos funcionários governamentais (Lucey & Patel, 2022:8). É necessário implementar iniciativas que fortaleçam e promovam mediações comunitárias e diálogos inter-religiosos, interétnicos e multi-atores, bem como ações formativas e de empoderamento comunitário sobre temas de paz (Alberdi et al., 2023:80).

Abordagens de doações gratuitas devem ser substituídas por esquemas como a troca de alimentos por trabalho, fundos rotativos de crédito e criação de cooperativas, promovendo uma mentalidade de autossuficiência, poupança e planejamento a longo prazo (Armiño, 1997:166). Além disso, é essencial que as organizações reforcem as capacidades dos parceiros locais, sejam instituições públicas ou ONG, incluindo componentes de formação nos projetos. A sustentabilidade dos projetos deve ser uma prioridade, focando na criação de capacidades locais e na autossuficiência. Os projetos podem ser desenhados visando gerar mecanismos produtivos que originem recursos ou fundos para cobrir despesas correntes após a sua conclusão (Armiño, 1997:165-166).

A expansão geográfica do conflito para as províncias de Nampula e Niassa, também ressalta a urgência de reforçar as capacidades de resposta das autoridades locais e das comunidades para lidar de maneira ágil com os movimentos esporádicos da população em diferentes pontos do território. É necessário a substituição do atual modelo de resposta, que é excessivamente burocrático e dispendioso em termos de gestão, por um que conceda mais espaço às ONG independentes (Alberdi et al., 2023:65). Estas organizações também podem comprometer-se a longo prazo, focando nas ações de acompanhamento para o fortalecimento das capacidades comunitárias.

## **5.2. Ao Estado**

Relativamente à resposta militar ao conflito, em 15 de julho de 2024, as tropas da SADC encerraram a sua missão no país. Em contrapartida, a África do Sul e a Tanzânia prolongaram as suas missões até ao final de 2024, e o Ruanda enviou mais 2.000 soldados

num acordo bilateral com o governo de Moçambique (Miller & Wood, 2024:4). A retirada das tropas do SAMIM (SADC Mission in Mozambique) pode criar uma lacuna significativa no esforço para conter o avanço do conflito, resultando num vazio de segurança que aumenta o risco para os civis e deteriora o ambiente em que as organizações humanitárias operam (Miller & Wood, 2024:10). As diversas forças no terreno estão agora a tentar adaptar-se a uma nova fase do conflito e a impedir que os insurgentes ocupem áreas anteriormente controladas pelo SAMIM<sup>48</sup>.

Num contexto onde se destacam as missões estrangeiras, as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (FDS) são vistas com medo e desconfiança pela população local devido às constantes atitudes abusivas. Muitos vivem com receio de extorsão, detenção arbitrária e violência sexual<sup>49</sup>. Em comparação com as tropas internacionais, as FDS são frequentemente representadas como violentas, inoperantes e oportunistas (Feijó, 2023:12). As violações dos direitos humanos devem ser investigadas de forma transparente, e o governo deve focar-se em melhorar a confiança entre a população local e o Estado. Mudanças de liderança são necessárias para promover uma mudança de comportamento e evitar futuras violações dos direitos humanos pelas FDS. Caso contrário, estes abusos podem alimentar a revolta e o consequente recrutamento pelo grupo armado de cidadãos descontentes (Stanyard, 2022:74).

Como alternativa ao reforço a segurança da população, desde 2023, as Forças Locais (FL), compostas principalmente por populações locais, emergiram como um ator importante na província de Cabo Delgado, recebendo enquadramento legal através do Decreto n° 15/2023 de 14 de abril. Estas milícias têm aumentado o número de efetivos e o acesso a recursos logísticos (Feijó, 2023:5). No entanto, também já se verificam abusos de poder por parte das FL. No norte da província, predominantemente habitado por macondes, as FL foram vistas como uma resposta necessária à falta de segurança. No entanto, nas zonas centro e sul, habitadas maioritariamente por macuas ou mwanis, a aceitação das FL é mais contestada, especialmente após os incidentes durante as eleições

---

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.cabolidgado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-april-2024>  
[Consultado em: 24/07/2024]

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.cabolidgado.com/portugues/cabo-ligado-24-juhno-7-julho-2024>  
[Consultado em: 24/07/2024]

autárquicas em outubro de 2023, onde membros das FL participaram na repressão violenta de jovens no distrito de Chiure (Feijó, 2023:12).

Além disso, as FL têm sido acusadas de exercer controlo excessivo nas vias de acesso a áreas residenciais, verificando documentos de identificação e cobrando valores monetários a quem não os possui. Em Chiure, por exemplo, as FL são acusadas de impor recolher obrigatório noturno, de obrigar os munícipes a desligarem aparelhos de música (Feijó, 2023:5), e de extorquir a população, cobrando até 50 meticais pela utilização das estradas<sup>50</sup>.

Diante deste cenário, é fundamental que o governo colabore com parceiros para colmatar o iminente vazio de segurança. Os líderes moçambicanos precisam superar a relutância em reconhecer publicamente a situação como uma crise humanitária, conferindo à emergência a urgência necessária para catalisar um maior apoio internacional, tanto em termos de resposta humanitária como militar. Estes atores devem trabalhar com o governo para conceber uma estratégia de estabilização abrangente e de longo prazo (Miller & Wood, 2024:4-6).

A questão da segurança também compromete a eficácia dos projetos de desenvolvimento e reconstrução existentes, que correm o risco de ser destruídos ou suspensos indefinidamente. Os ataques são difíceis de prever, e a falta de informações claras e atualizadas sobre as condições de segurança dificulta a busca por soluções (Miller & Wood, 2024:11). É necessário criar plataformas de partilha de informação onde tanto os atores humanitários quanto as PDI possam aceder a informações de segurança atualizadas, permitindo decisões mais informadas sobre o regresso, novas deslocações, atividades de subsistência, esforços para encontrar familiares e condições de segurança mais amplas (Miller & Wood, 2024:7).

Os danos causados pelos recentes ataques vão exigir maiores esforços de reconstrução por parte do governo e dos parceiros, num contexto em que a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) ainda não se faz sentir, principalmente por falta de recursos. Desde a sua criação em 2020, a ADIN já teve três dirigentes, sendo o terceiro nomeado a 19 de março de 2024 (Nuvunga, 2024:2-3). Relativamente ao Plano

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.cabolidado.com/portugues/cabo-ligado-24-juhno-7-julho-2024>  
[Consultado em: 24/07/2024]

de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), os órgãos estatais responsáveis pela sua implementação devem dar prioridade à utilização de recursos materiais locais para estimular a economia regional e empregar pessoal local, contribuindo para a sua formação, apesar das dificuldades que essa estratégia possa apresentar. Desta forma, evita-se a criação de dependências face à ajuda externa (Armiño, 1997:166).

O PRCD e a ADIN são duas iniciativas estatais importantes, mas devem estar em consonância com a ação e as iniciativas dos atores humanitários. A sociedade civil deve articular os seus projetos com os planos e objetivos da ADIN e do PRCD, contribuindo para a concretização dos programas de desenvolvimento já delineados. Devem ser criados mecanismos próprios e articulados com base nos objetivos das iniciativas de reconstrução, como forma de apresentar programas e projetos que ofereçam alternativas para os cidadãos, sobretudo com programas focados na coesão social e na educação cívica e económica, de modo a incentivarem a participação ativa neste processo<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/24560> [Consultado em: 24/07/2024]

## CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar as dinâmicas do conflito em Cabo Delgado, bem como as suas implicações nas comunidades locais, no trabalho das organizações humanitárias e no desenvolvimento da província. Este estudo demonstrou que a complexidade do conflito requer uma abordagem multidisciplinar que considere não apenas os aspetos de segurança, mas também as dimensões étnicas, económicas, sociais e culturais. O envolvimento de grupos armados associados ao extremismo islâmico adiciona uma camada de dificuldade, especialmente em um contexto onde a religião tem sido usada como ferramenta de mobilização e radicalização. No entanto, como demonstrado ao longo desta investigação, as causas subjacentes do conflito estão profundamente enraizadas em décadas de desigualdade e marginalização.

Adicionalmente, a dependência excessiva de ajuda externa e a falta de uma estratégia clara de desenvolvimento a longo prazo têm perpetuado um ciclo de dependência, que não oferece soluções sustentáveis para a reconstrução das comunidades afetadas. A diminuição cada vez mais progressiva do financiamento, a fraca coordenação entre os diversos intervenientes e a ausência de uma estratégia integrada para a estabilização e desenvolvimento da região revelam a necessidade urgente de uma abordagem mais estruturada, que permita alcançar resultados duradouros.

Os inquéritos e entrevistas revelaram que, tanto as organizações humanitárias como a própria população deslocada interna, partilham uma visão crítica sobre impacto prolongado da ajuda externa sem uma perspetiva de sustentabilidade a longo prazo. Muitos PDI salientam que, embora a assistência tenha sido vital para a sobrevivência imediata, falta uma estratégia mais eficaz para garantir a autossuficiência dos afetados.

Por outro lado, a crescente presença de organizações humanitárias internacionais trouxe não apenas apoio essencial para a sobrevivência imediata, mas também contribuiu para um processo de desenvolvimento inicial em algumas áreas. Essas organizações têm exercido um papel crucial na promoção de direitos humanos, no acesso a serviços básicos como saúde e educação, na criação de infraestruturas sociais e no investimento em programas de capacitação e desenvolvimento de habilidades, fomentando o empoderamento de comunidades locais e impulsionando o empreendedorismo.

No entanto, como demonstrado ao longo deste estudo, o desenvolvimento de longo prazo em Cabo Delgado exigirá mais do que intervenções humanitárias temporárias. Será necessário um esforço coordenado entre o governo moçambicano, as comunidades locais e a comunidade internacional para implementar políticas de inclusão, reconstrução e desenvolvimento económico. O fortalecimento das capacidades locais, a promoção de infraestrutura básica, a criação de oportunidades de emprego e a melhoria da educação são passos essenciais para construir uma paz duradoura e prevenir a recorrência da violência.

A cooperação internacional precisa também de ir além das respostas pontuais e militares e focar-se em intervenções que lidem com as causas profundas da instabilidade em Cabo Delgado. O envolvimento dos atores locais, o respeito pelas dinâmicas culturais e a promoção de soluções que fomentem a equidade social e o empoderamento económico são fundamentais para superar os desafios enfrentados pela região. A implementação de uma abordagem de "triplonexo", que combine a assistência humanitária, o desenvolvimento e a promoção da paz, poderá oferecer um caminho mais eficaz para a estabilização de Cabo Delgado. A reconstrução pós-conflito deverá ser uma prioridade, bem como o fortalecimento das instituições locais, que necessitam de estar preparadas para assumir a responsabilidade pela gestão e pela prestação de serviços essenciais à população.

## REFERÊNCIAS

- ALBERDI, J., & BIDAURRATZAGA, E. (2014). *Desarrollo Humano Local en Mozambique*. Hegoa, Espanha.
- ALBERDI, J., & BARROSO, M. (2020). “Broadening the Analysis of Peace in Mozambique: Exploring Emerging Violence in Times of Transnational Extractivism in Cabo Delgado”. *Global Society*, 35(2), 229-246.
- ALBERDI, J., CUNHA, T., ZAMBRANO, L., MATUSSE, A., ERNESTO, A., & COSSA, L. (2023). *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado*. Gernika Gogoratzuz, Espanha.
- ARMIÑO, K. P. (1997). *Guia da reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONG*. Hegoa, Facultad de Ciencias Económicas, Espanha.
- CARTA DE MOÇAMBIQUE (2024). *Ano escolar em Cabo Delgado: sector de educação terá défice de cerca de 500 docentes*, (9 de janeiro de 2024). <https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/15735-ano-escolar-em-cabo-delgado-sector-de-educacao-tera-defice-de-cerca-de-500-docentes>. [Consultado em: 03/10/2024].
- COLLIER, P., & HOFFLER, A. (2004). “Greed and Grievance in Civil Wars”. *Oxford Economic Papers*, vol.54, October, 563-595
- CRAMER, C. (2003). “Does Inequality Cause Conflict?”. *Journal of International Development*, vol.15, nº4, 397-412.
- EDUCATION CLUSTER (2024). *Resultados anuais – 2023*. Grupo da Coordenação de Educação em Emergência Moçambique, 1-11.
- FEIJÓ, J. (2023). “Apelos à denúncia e vigilância num contexto de Estado Frágil: reconstrução de instituições públicas e estratégias de sobrevivência de populações regressadas”. *Destaque Rural nº 260*, Observatório do Meio Rural (OMR), Dezembro, 1-14.

FEIJÓ, J. (2024). “Fragilização do Estado, desgaste do tecido social e ausência de perspectivas para a resolução do conflito”. *Destaque Rural n° 268*, Observatório do Meio Rural (OMR), Abril, 1-16.

FRANCO, A. C. S., & AJÚ, M. M. (2022). “Response to the Somali and Malian Jihadist Movements: What Lessons for Mozambique?”. *Political Observer / Revista Portuguesa de Ciência Política*, nº17, 91-105.

GEFFRAY, C. (1990). *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris, Karthala.

GOOR, L. V., RUPESINGHE, K., & SCIARONE, P. (1996). “Between development and destruction: an enquiry into the causes of conflict in post-colonial states”. *Palgrave Macmillan London*.

GPCD (GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO) (s/d), *A Província de Cabo Delgado*, <https://www.cabodelgado.gov.mz/por/>.

HEALTH CLUSTER (2024). “Humanitarian response northern Mozambique”. *Health Cluster Bulletin*, nº 04, 1-17.

IDMC (2023). “Global Report on Internal Displacement (GRID) 2023”. *The Internal Displacement Monitoring Centre*, Geneva, 1-142.

JOSÉ, A. C. (2005). “Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: o caso da indústria do caju”. *Revista O Cabo dos Trabalhos*, 1(1), 1-38.

LUCEY, A., & PATEL, J. (2022). “Building Youth Resilience to Extremism in Mozambique: Perspectives from Cabo Delgado”. *Institute for Justice and Reconciliation (IJR)*, South Africa.

MARTY, J. P. (2014). “Cabo Delgado na encruzilhada: Desafios para o desenvolvimento e a governação num contexto de mudança”. Em ALBERDI, J., & BIDAURRATZAGA, E., (2014).

MILLER, S. & WOOD, M. (2024). *Dangerous Territory - A Deepening Humanitarian Emergency in Northern Mozambique*. Refugees International, Washington, DC.

MOONEY, E. (2005). “The concept of internal displacement and the case for internally displaced persons as a category of concern”. *Refugee Survey Quarterly*, Vol. 24(3), 9–26.

MORIER-GENOUD, E., CAHEN, M., & ROSÁRIO, D. (2018). *The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. Boydell & Brewer.

MORIER-GENOUD, E. (2021). “A insurgência jihadi em Moçambique: Origens, natureza e início”. *Cadernos IESE*, N.º 21P, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

MOZAMBIQUE, U. N. (2020). “Guidance on UN language relating to conflict and humanitarian response”. Maputo, 1-3.

NAFZIGER, W., & AUVINEN, J. (2002). “Economic Development, Inequality, War and State Violence”. *World Development*, vol.30, nº2, 153-163.

NEGRÃO, J. (2003). “A propósito das relações entre as ONGs do Norte e a sociedade civil moçambicana”. *Coimbra: CES, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra*. 1-17.

NIPASSA, O. (2009). “Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: Uma perspectiva crítica”. *IESE*, Conference Paper nº 36, 1-12.

NUVUNGA, A. (2024). “Nova vaga de ataques terroristas vai exigir mais esforços para a reconstrução numa altura em que a ADIN não se faz sentir”. *Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)*, Ano 2, n.º 41, 1-3.

OCHA (2023). Mozambique Humanitarian Needs and Response Plan 2024. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-humanitarian-needs-and-response-plan-2024-december-2023-enpt> [Consultado em: 23/09/2024].

OCHA (2024a). Moçambique Sinopse Humanitário – Província de Cabo Delgado, Nampula & Niassa. Disponível em:

<https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-nampula-niassa-humanitarian-snapshot-march-2024-enpt> [Consultado em: 23/09/2024].

OCHA (2024b), “Moçambique 2023 Resposta Humanitária - Visão geral da Província de Cabo Delgado”, fevereiro, pp. 1-18. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-humanitarian-response-cabo-delgado-province-overview-jan-dec-2023-enpt> [Consultado em: 23/09/2024].

PAPELO, F. C. (2023). “Desafios e oportunidades emergentes na assistência humanitária em Moçambique: estudo de caso de Cabo Delgado”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 8(15).

RAMOS, A. F. (2023). “Violence in Cabo Delgado: a way to peace”. *Hiroshima Peace Research Journal*, Vol. 10, 58-86.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2021). *Plano de reconstrução de Cabo Delgado das zonas afectadas pelo terrorismo (2021-2024)*. Maputo: Conselho de Ministros.

SAMBANIS, N. (2004). “Using Case Studies to Expand Economic Models of Civil War”. *Perspectives on Politics*, 2(2), 259–279.

SEQUEIRA, A. R. (2017). “A Malária em Moçambique: Políticas, Provedores de Cuidados, Saberes e Práticas de Gestão da Doença”. *Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)*, 128-157.

STANYARD, J., NELSON, A., ARDÉ, G., & RADEMEYER, J. (2022). “Insurgency, illicit markets and corruption - The Cabo Delgado conflict and its regional implications”. *The Global Initiative Against Transnational Organized Crime*, 1-109.

STEWART, F., & FITZGERALD, V. (2001). *War and Underdevelopment*. Oxford University Press.

VINES, A. (1996). *Renamo: from Terrorism to Democracy in Mozambique*. Centre for Southern African Studies, University of York.

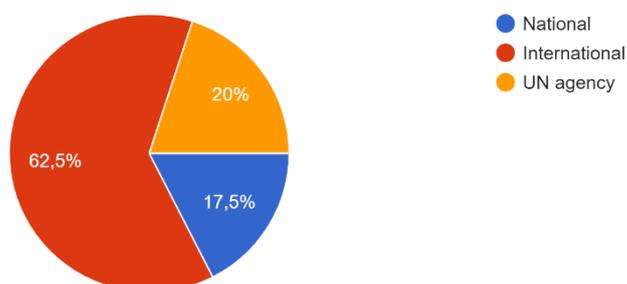
WFP (2024). “Cabo Delgado Food Security and Nutrition bulletin –1st quarter of 2024”. *Lean Season Assessment in Cabo Delgado* (February 2024), 1-10. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/wfp-mozambique-cabo-delgado-food-security-and-nutrition-bulletin-1st-quarter-2024> [Consultado em: 23/09/2024].

## ANEXOS

### Anexo I – Resultados do inquérito com organizações

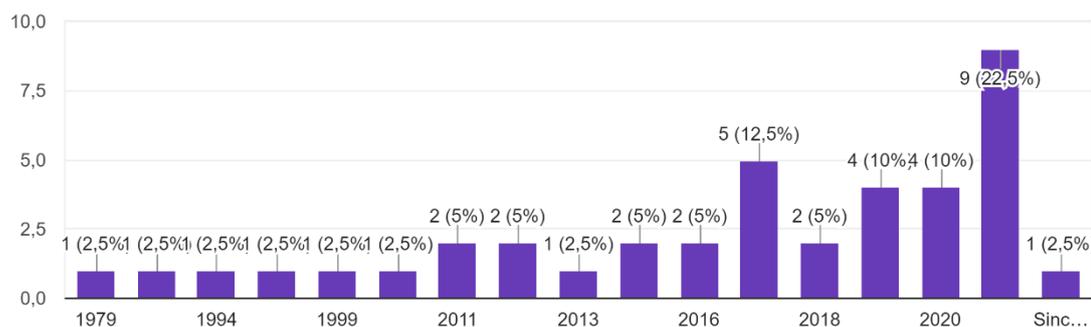
Type of organisation you belong to:

40 respostas



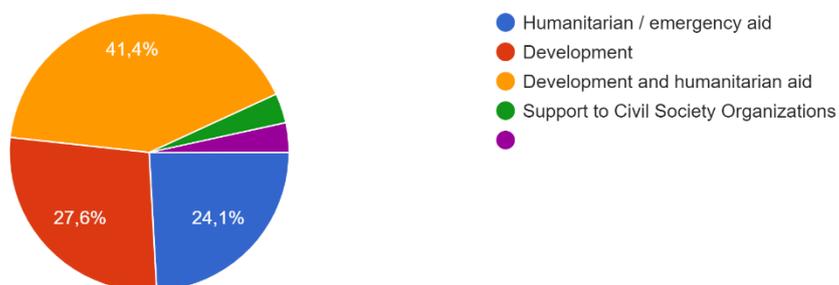
In what year did the organisation arrive in Cabo Delgado?

40 respostas



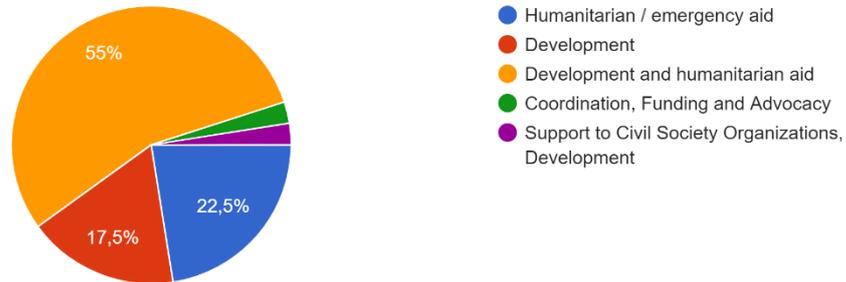
If your organisation was there before the intensification of the armed conflict (2020), what types of work did you carry out at that time?

29 respostas



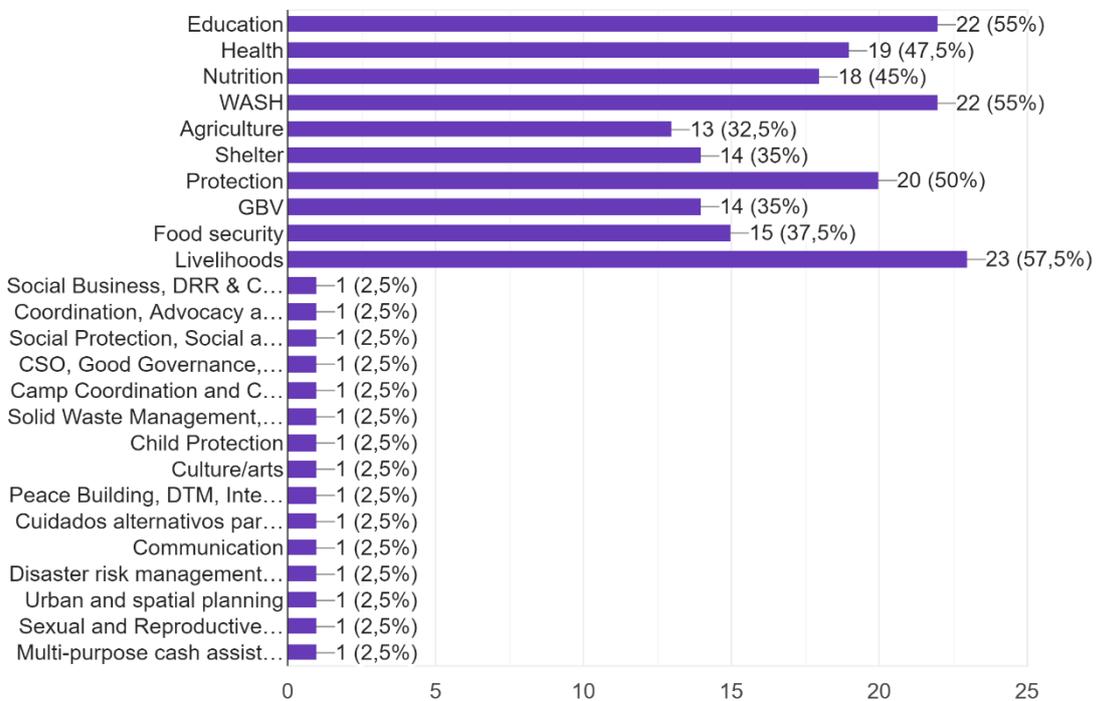
Currently, what types of work does your organisation carry out:

40 respuestas



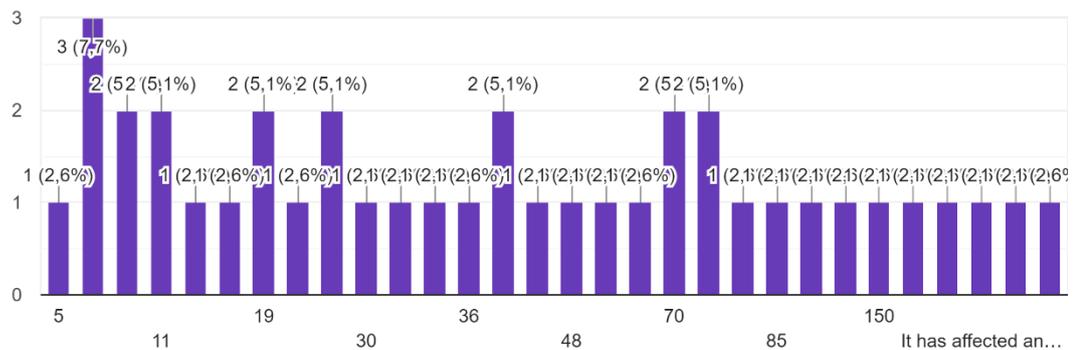
What are your organisation's areas of activity:

40 respuestas



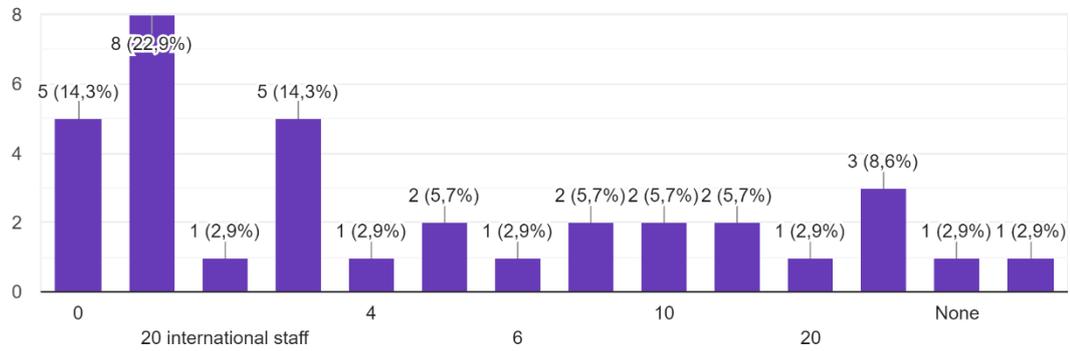
How many national employees are there in the organisation (in Cabo Delgado):

39 respuestas



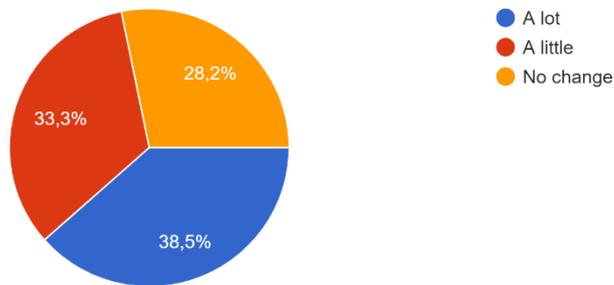
How many expatriate employees are there in the organisation (in Cabo Delgado):

35 respostas



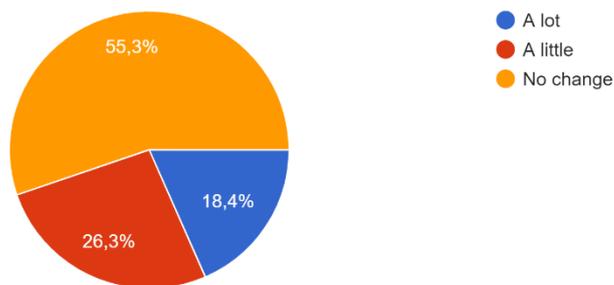
Has the number of national employees increased as a result of the conflict?

39 respostas



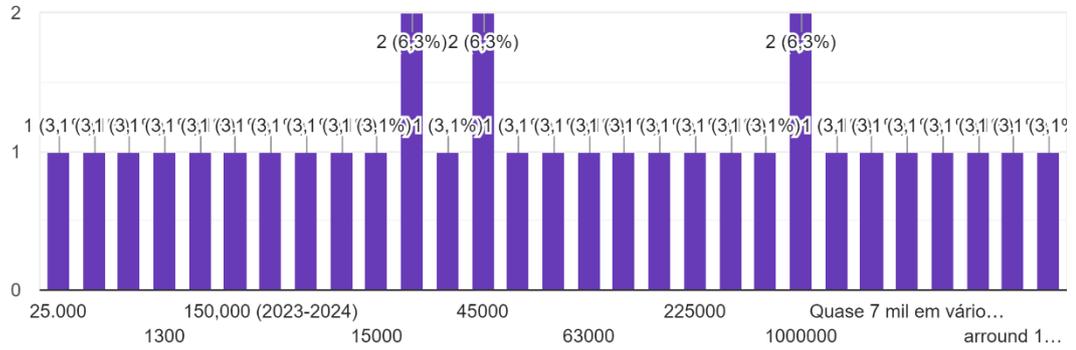
Has the number of expatriate employees increased as a result of the conflict?

38 respostas



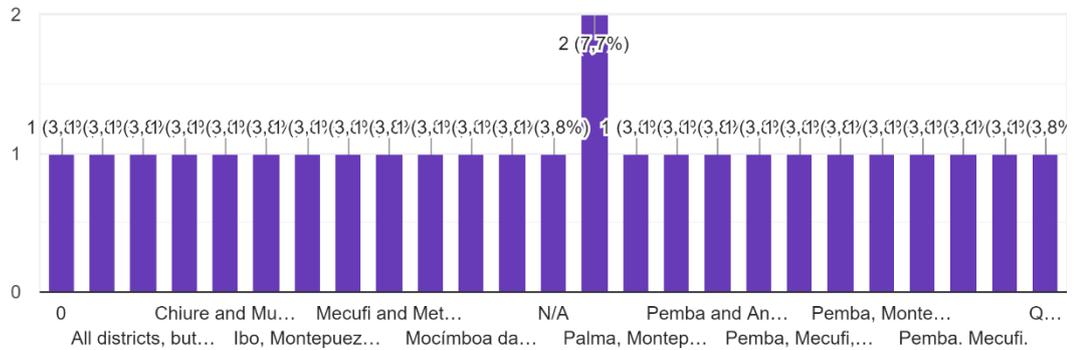
Approximate number of beneficiaries the organisation covered currently (in Cabo Delgado):

32 respostas



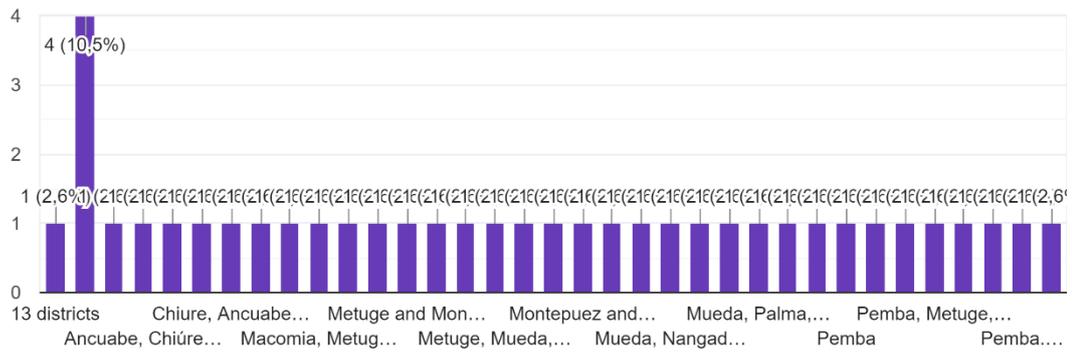
Districts (in Cabo Delgado) your organisation was operating in before the conflict intensified:

26 respostas



Districts (in Cabo Delgado) in which your organisation currently operates:

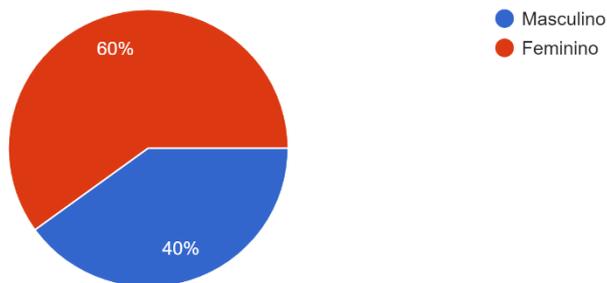
38 respostas



## Anexo 2 – Resultados do inquérito com pessoas deslocadas internas

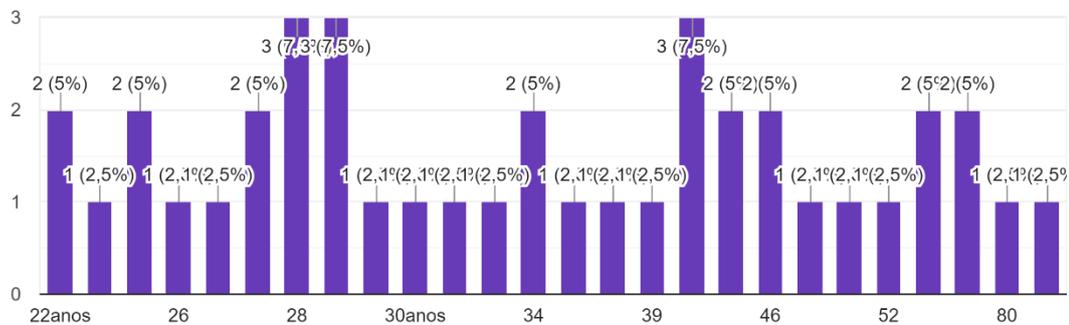
### Género

40 respostas



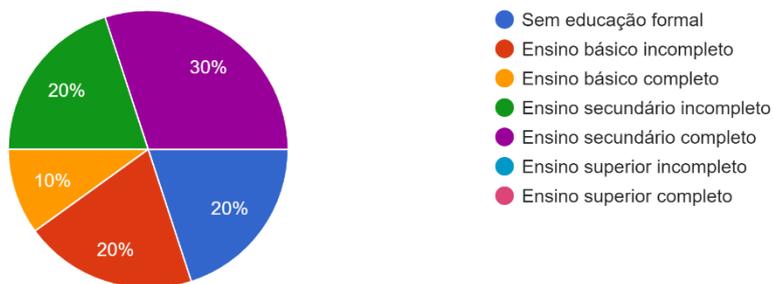
### Qual é a sua idade?

40 respostas



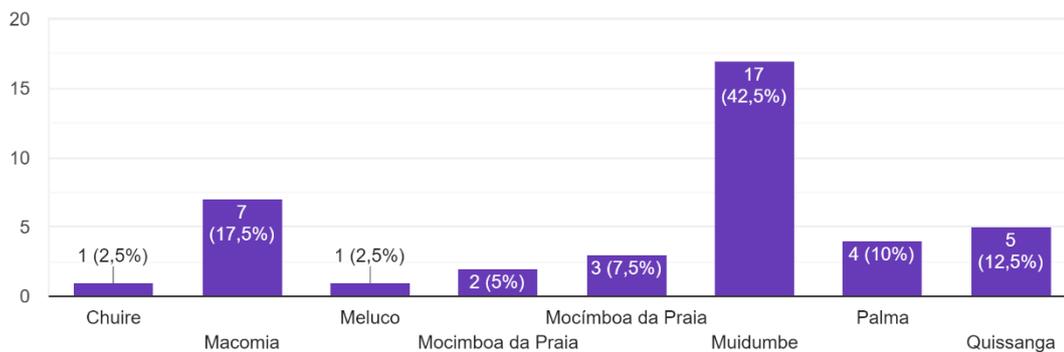
### Qual é o seu nível de educação?

40 respostas



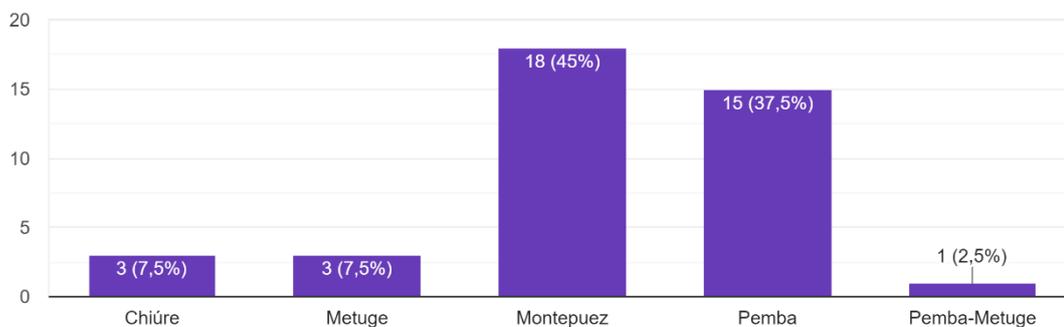
### Distrito em que vivia:

40 respostas



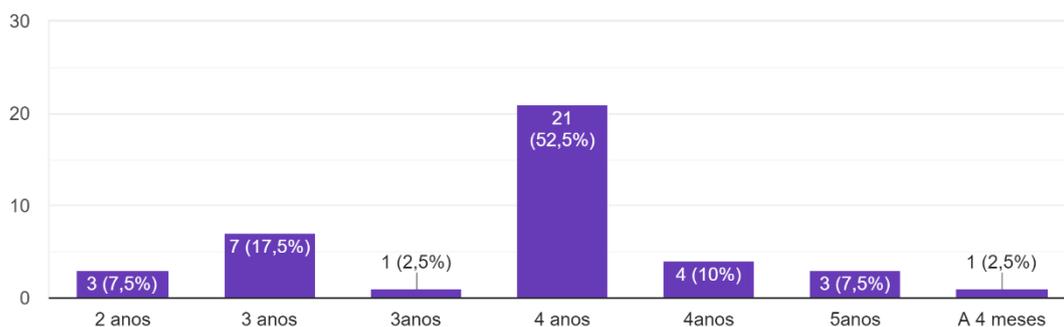
### Distrito em que vive atualmente:

40 respostas



### Há quanto tempo está deslocado/a internamente devido ao conflito?

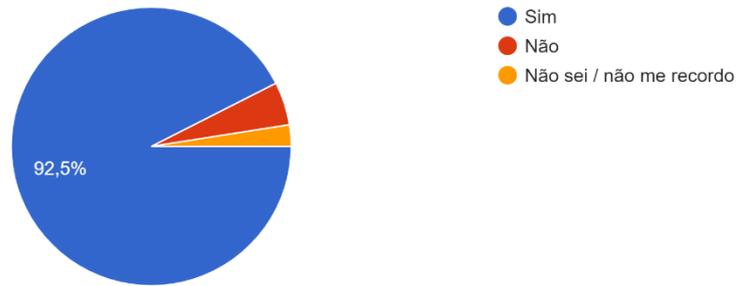
40 respostas





Recebe atualmente ou já recebeste nos ÚLTIMOS 3 ANOS algum tipo de benefício por ser uma pessoa deslocada interna?

40 respostas



Se respondeu sim a questão anterior, que tipo de benefício recebeste? Qual o nome da instituição que deu o benefício?

38 respostas

